

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

LAINÉ GOMES CHAVEIRO

**A TEMÁTICA SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR:
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA REGIÃO LESTE DE GOIÂNIA,
GOIÁS**

GOIÂNIA, 2011

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Laine Gomes Chaveiro				
E-mail:	lainechaveiro@hotmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não					
Vínculo empregatício do autor	UFG				
Agência de fomento:	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás	Sigla:	FAPEG		
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	08.156.102/0001-02
Título:	A temática sexualidade no contexto escolar: diagnóstico situacional da região Leste de Goiânia, Goiás				
Palavras-chave:	Sexualidade; Saúde Escolar; Educação Continuada; Docentes				
Título em outra língua:	The theme of sexuality in the school context: situational diagnosis in the Eastern Region of Goiânia, Goiás				
Palavras-chave em outra língua:	Sexuality, School Health, Continuing Education, Teachers				
Área de concentração:	A Enfermagem no cuidado à saúde humana				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	30/03/2011				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem				
Orientador (a):	Márcia Maria de Souza				
E-mail:	marcia@fen.ufg.br				
Co-orientador (a): *					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ total ☐ parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____

☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____/____/____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

LAINÉ GOMES CHAVEIRO

**A TEMÁTICA SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR:
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA REGIÃO LESTE DE GOIÂNIA,
GOIÁS**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem - Mestrado - da Faculdade de
Enfermagem da Universidade Federal de
Goiás para obtenção do título de Mestre em
Enfermagem.*

Área de concentração: A Enfermagem no cuidado à saúde humana

Linha de pesquisa: Prevenção, controle e epidemiologia das infecções
associadas à cuidados em saúde e das doenças transmissíveis

Orientador: Prof. Dr^a. Márcia Maria de Souza

GOIÂNIA, 2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

C512t	Chaveiro, Laine Gomes. A temática sexualidade no contexto escolar [manuscrito]: diagnóstico situacional da região Leste de Goiânia, Goiás / Laine Gomes Chaveiro. - 2011. 86 f. : il. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Maria de Souza. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Enfermagem, 2011. Bibliografia. Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas. Apêndices. 1. Sexualidade – Educação – Goiânia (GO). 2. Saúde Escolar. 3. Educação Continuada 4. Docentes. I. Título. CDU: 613.88:37(817.3)
-------	--

Dedico este trabalho com muito afeto:

*Às maiores preciosidades da minha vida,
Gabriel e João Pedro, que sem entender,
apoiaram a mamãe nos momentos mais
difíceis.*

*Ao meu esposo Wagno, pela segurança,
carinho, companheirismo, compreensão e
incentivo nessa etapa da minha vida. “Amo
você!”*

*Aos meus amados pais, Neusa e José
Gomes, por todo amor e esforço para a
minha formação. “Obrigada por tudo que
sou!”*

AGRADECIMENTOS

À querida professora Márcia Maria de Souza, pelo respeito, carinho e dedicação que conduziu a orientação deste trabalho. Pela confiança a mim depositada, me apoiando, encorajando e ajudando nos momentos difíceis. Sua competência, seu profissionalismo e paciência foram fundamentais para eu concluir esta etapa com êxito. Muito obrigada por me desvelar uma nova visão de mundo!

À Denize Buttelet Munari, Sandra Brunini, Marcelo Medeiros, por sua cuidadosa leitura e relevantes contribuições a este trabalho.

Às professoras Maria Márcia, Anaclara, Sheila, Denize e colegas da pós-graduação, pela preciosa contribuição na construção e refinamento desta pesquisa.

A todo o corpo docente da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, base da minha formação, que forneceram elementos preciosos para minha formação profissional.

À equipe da pós-graduação, professora Maria Márcia pela paciência e competência, os secretários por me atender nos momentos necessários e aos demais professores e colegas do programa, pela convivência enriquecedora e agradável.

Às amigas Elisabeth e Edinamar, pela valiosa contribuição neste trabalho e pelo ombro amigo, nos momentos em que precisei.

À Laurena, Pollyanna e demais bolsistas que contribuíram com a coleta dos dados, alimentação do banco de dados, desenvolvimento do curso para os professores e outras etapas deste estudo.

Às minhas amigas Dora e Ana, pelo apoio, incentivo, compreensão, que foram essenciais para a continuidade no processo.

À minha equipe de trabalho e da Unidade de Saúde da Vila Pedroso, por me entender nos momentos tumultuados nestes dois anos, me acolheram me ouviram e incentivaram com palavras e ações que contribuíram para a harmonia no trabalho e consequente sucesso nessa pós-graduação.

À comunidade escolar pela disposição em participar como sujeitos deste estudo. E a todas as pessoas que se dispuseram em me ajudar.

Ao João Pedro, pelas vezes que dormiu em pé, no ombro da mamãe, esperando um afago e companhia para ir para a cama; ao Gabriel, pelo pouco tempo disponível para te ajudar em suas tarefas; ao Wagno, pelos momentos de ausência... minhas sinceras desculpas!

Aos meus familiares, tios, primos, cunhados e sogros, pelas palavras de conforto e momentos de descontração, minha avó Laura pelo carinho e amor, meu pai pelo incentivo, e em especial minha mãe, que está sempre presente na minha vida, com amor, paciência e dedicação!

Ao meu querido vovô Agenor “in memoriam” pela simplicidade, amor e brincadeiras. Muita saudade.

Enfim, agradeço a Deus pelas minhas conquistas e vitórias, por estar sempre presente na minha vida, me guiando com sua luz, protegendo com seu amor e amparando com seu poder.

A todos, meu muito obrigada!

"Crescer como Profissional significa ir localizando-se no tempo e nas circunstâncias em que vivemos, para chegarmos a ser um ser verdadeiramente capaz de criar e transformar a realidade em conjunto com os nossos semelhantes para o alcance de nossos objetivos como profissionais da Educação".

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	08
LISTA DE TABELAS	09
LISTA DE ABREVIATURAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
RESUMEN	13
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	18
1.1 A sexualidade na escola e as políticas públicas	19
1.2 Vulnerabilidades do escolar adolescente	24
1.3 O papel do professor na educação sexual	28
1.4 Justificativa do estudo	31
2. OBJETIVOS	38
2.1 Objetivo geral	38
2.2 Objetivos específicos	38
3. METODOLOGIA	40
3.1 Delineamento do estudo	40
3.2 Local do estudo	40
3.3 População, amostra e período de coleta dos dados	40
3.4 Instrumentos de coleta de dados	41
3.5 Etapas da pesquisa	41
3.6 Teste piloto e Critérios de elegibilidade	42
3.7 Variáveis do estudo	43
3.8 Viabilidade do estudo	44
3.9 Processamento e análise dos dados	44
3.10 Aspectos éticos legais	44
4. RESULTADOS	46
4.1 Caracterização das instituições de ensino	46
4.2 Caracterização da população de professores	48
5. DISCUSSÃO	57
6. CONCLUSÃO	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	80
ANEXO	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1	Etapas da pesquisa	41
Quadro 1	Caracterização das Instituições de ensino. Região Leste, Goiânia, 2010.	46
Quadro 2	Relação das instituições de ensino por presença da temática no PPP. Informações dos diretores. Região Leste, Goiânia, 2010.	47
Quadro 3	Relação das instituições de ensino e incentivo à temática sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010.	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Características sócio-demográficas dos professores (N = 79). Região Leste, Goiânia, 2010.	49
Tabela 2-	Características profissionais dos professores (N = 79). Região Leste, Goiânia, 2010.	50
Tabela 3 -	Informações referentes à formação e experiência dos professores sobre a temática sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010.	51
Tabela 4 -	Informações referentes à prática da temática sexualidade no ambiente escolar. Região Leste, Goiânia, 2010.	52
Tabela 5 -	Caracterização das dificuldades e necessidades dos professores sobre sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010.	53
Tabela 6 -	Características das práticas pedagógicas dos professores. Região Leste, Goiânia, 2010.	54
Tabela 7 -	Caracterização dos alunos, segundo os professores. Região Leste, Goiânia, 2010.	55
Tabela 8 -	Informações dos professores sobre as características das instituições de ensino. Região Leste, Goiânia, 2010.	55

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ESF	Estratégia Saúde da Família
FEN	Faculdade de Enfermagem da UFG
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSE	Programa Saúde na Escola
SPE	Saúde e Prevenção nas Escolas
UFG	Universidade Federal de Goiás
SUS	Sistema Único de Saúde
DST	Doença Sexualmente Transmissível
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
EUA	Estados Unidos da América
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNAIDS	Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA
NUCLAIDS	Núcleo de Ações Interdisciplinares em DST/HIV/AIDS
PET Saúde	Programa Educação pelo Trabalho para Saúde
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UFG	Universidade Federal de Goiás
FEN	Faculdade de Enfermagem
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
UABSF	Unidade de Atenção Básica à Saúde da Família

RESUMO

Estudo transversal realizado com diretores e professores de instituições públicas, municipal e estadual de ensino da Região Leste de Goiânia-GO, conduzido entre abril/maio de 2009 com a finalidade de investigar a inserção da temática sexualidade no contexto escolar. Os participantes foram entrevistados e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) analisados. Os dados foram analisados pelo programa Epi-info 6.04. Os resultados mostraram que todos os PPP estão atualizados e a temática contemplada, mas não de forma transversal, conforme recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), sendo a maioria dos conteúdos trabalhados exclusivamente na disciplina de biologia. Dos 79 professores entrevistados 35,4% pertenciam a rede municipal e 64,6% rede estadual. Destes 50% tinham menos de 35 anos, 68,4% correspondiam ao sexo feminino e 40,5% eram casados. Muitos informaram não possuir formação para lidar com o tema, (75%) nas escolas municipais e (86,3%) na rede estadual, da mesma forma que (39,3%) e (27,4%) respectivamente disseram não ter experiência nessa área. Mais da metade referiu que a idade adequada para abordagem da temática é antes de 12 anos (62%) e o principal responsável é a mãe (86%). A gravidez foi apontada pelos professores como tema de interesse para educação permanente, e a menos discutido com os alunos (35,7%) da rede municipal e (15,7%) rede estadual, ($p=0,04$). Em relação ao método de ensino, leituras de textos e aula expositiva foram as mais utilizadas. Praticamente todos os alunos têm interesse pela temática sexualidade. Para os professores, os alunos da rede municipal (80%) conhecem mais sobre prevenção e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), comparando com a rede estadual (52,2%), ($p=0,02$) e existe maior prevalência de gravidez entre alunas da rede estadual (92,1%) à municipal (71,4%), ($p=0,03$). A temática está presente nos PPP para 78,6% dos professores do município e 51% do estado, ($p=0,01$). O recurso disponibilizado aos professores da rede municipal foi material educativo (53,6%) e internet (35,3%) para os da rede estadual ($p=0,05$). Para atender as necessidades identificadas neste estudo, foi realizado o I Curso de Capacitação em Educação Sexual no Contexto Escolar para os professores e entrega de kits educativos (Saúde reprodutiva e Educação sexual). Estes materiais servirão de subsídios para trabalhos futuros com assessoria de enfermeiras da Estratégia Saúde da Família (ESF), adstritas às referidas instituições de ensino. Este estudo evidenciou a importância da educação continuada para estes professores, assim como investimentos em educação permanente beneficiando professores de outras regiões do município e do estado. Esta investigação possibilitou fortalecimento das parcerias entre organizações governamentais, por meio das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Saúde e Instituição de Ensino Superior, com o compromisso de continuidade de programas governamentais como o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e Programa Saúde na Escola (PSE).

Palavras Chave: Sexualidade; Saúde Escolar; Educação Continuada; Docentes.

ABSTRACT

Cross-sectional study with directors and teachers in public schools, municipal and state institutions in the Eastern Region of Goiânia-GO, conducted between April/May 2009 in order to investigate the insertion of the sexuality issue in the school context. Participants were interviewed and the Political Pedagogical Projects (PPP) analyzed. Data were analyzed using Epi-info 6.04. The results showed that every PPP are current and topics covered, but not in cross-sectional way, as recommended by the National Curricular Parameters (NCP), the majority of content worked exclusively in the discipline of biology. Of the 79 teachers interviewed 35.4% were from municipal and 64.6% state network. Of these 50% were under 35 years, 68.4% were female and 40.5% were married. Many have reported having no background in dealing with the theme (75%) in municipal (86.3%) in the state schools, the same as (39.3%) and (27.4%) respectively said they had no experience in this area. More than half reported that the age for discussing the issue is before 12 years (62%) and primary responsibility is the mother (86%). The pregnancy was identified by teachers as a topic of interest for continuing education, and least discussed with the students (35.7%) in municipal and (15.7%) in state schools, ($p=0.04$). Regarding the method of instruction, reading texts and lecture were the most used. Virtually all students have an interest in the topic sexuality. For teachers, students of the municipal schools (80%) know more about prevention and Sexually Transmitted Diseases (STD), compared with the state school (52.2%), ($p=0.02$) and there is a higher prevalence of pregnancy among students of the state (92.1%) to municipal schools (71.4%) ($p=0.03$). The theme is present in the PPP for 78.6% of teachers of municipal and 51% of the state, ($p=0.01$). Recourse available to teachers of the municipal educational was educative material (53.6%) and internet (35.3%) for the state system ($p=0.05$). To meet the identified needs in this study, was held the First Training Course on Sex Education in the School Context for teachers and delivery of education kits (Reproductive health and sex education). These materials will serve as input for future work on the advice of nurses from the Family Health Strategy (FHS), attached to these educational institutions. The study showed the importance of continuing education for these teachers, as well as benefiting from investments in continuing education teachers in other areas of the city and state. This research has enabled the strengthening of partnerships between government organizations, through the Departments of State and Municipal Education and Health and Higher Education Institution, with a commitment to continuity of government programs such as SPE and SPE.

Keywords: Sexuality, School Health, Continuing Education, Teachers

RESUMEN

Estudio transversal realizado con los directores y profesores en las instituciones públicas de enseñanza, municipales y estatales, en la Región Oriental de Goiânia-GO, conducido entre abril/mayo de 2009 con el fin de investigar la inserción de la cuestión de la sexualidad en el contexto escolar. Los participantes fueron entrevistados y los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) analizados. Los datos fueron analizados con el programa Epi-Info 6.04. Los resultados mostraron que todos los PPP están actualizados y los temas contemplados, pero no en la forma transversal, según lo recomendado por los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN), siendo la mayoría de los contenidos trabajados exclusivamente en la disciplina de la biología. De los 79 profesores entrevistados 35,4% pertenecían a la red municipal y 64,6% a la estatal. De éstos 50% tenían menos de 35 años, 68,4% eran mujeres y 40,5% estaban casadas. Muchos han señalado que no tenían la formación necesaria en el trato con el tema, (75%) en las escuelas municipales y (86,3%) en la red estatal, de la misma forma que (39,3%) y (27,4%), respectivamente, dijeron que no tenían experiencia en esta área. Más de la mitad reportó que la mejor edad para la discusión de la cuestión es antes de los 12 años (62%) y el principal responsable es la madre (86%). El embarazo fue identificado por los profesores como un tema de interés para la educación continua, y menos discutida con los estudiantes (35,7%) de la red municipal y (15,7%) la red estatal, ($p=0,04$). En relación al método de instrucción, lecturas de textos y clases expositivas fueron las más utilizadas. Prácticamente todos los estudiantes tienen interés por el tema sexualidad. Para los profesores, los estudiantes de la red municipal (80%) conocen más acerca de prevención y Enfermedades de Transmisión Sexual (ETS), en comparación con la red estatal (52,2%) ($p=0,02$) y hay una mayor prevalencia de embarazos entre las estudiantes de la red estatal (92,1%) en relación a la municipal (71,4%) ($p=0,03$). El tema está presente en los PPP para 78,6% de los docentes del municipio y 51% del estado, ($p=0,01$). El recurso con disponibilidad a los profesores de la red municipal fue el material educativo (53,6%) y Internet (35,3%) para los de la red estatal ($p=0,05$). Para satisfacer las necesidades identificadas en este estudio, se ha realizado el Primer Curso de Capacitación sobre Educación Sexual en el Contexto Escolar para los profesores y la entrega de kits de educación (Salud Reproductiva y Educación Sexual). Estos materiales servirán de subsidio para trabajos futuros con el asesoramiento de enfermeras de la Estrategia de Salud de la Familia (ESF), adscritas a las referidas instituciones educativas. Este estudio ha evidenciado la importancia de la educación continua para estos profesores, así como inversiones en educación permanente que benefician profesores de otras regiones de la ciudad y del estado. Esta investigación ha permitido el fortalecimiento de las alianzas entre organizaciones gubernamentales, a través de los Departamentos de Educación y Salud del Estado y Municipio y las Instituciones de Educación Superior, con el compromiso de continuidad de los programas del gobierno como de la SPE y SPE.

Palabras clave: Sexualidad; Salud Escolar; Educación Continuada; Maestros.

APRESENTAÇÃO

Na minha trajetória profissional venho identificando problemáticas freqüentes relacionadas às questões comportamentais como gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) na faixa etária da adolescência, as quais são consideradas, hoje, como um grande problema de saúde pública. Este problema envolve segmentos sociais, família, educação e saúde.

A gravidez na adolescência é um fenômeno ainda bastante comum nos municípios brasileiros, assim como em Goiânia/GO e, muito frequente na região leste do município, local de atuação como enfermeira. As jovens, geralmente, enfrentam situações de rejeição familiar, afastamento de seus amigos, sofrem restrição/discriminação social e em muitos casos abandonam os estudos.

Grande parte dos adolescentes estudantes das instituições de ensino investigadas neste trabalho reside na região leste, e é atendida por profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Como enfermeira da ESF da região há mais de dez anos, tenho acompanhado diversas famílias que enfrentam há bastante tempo a problemática da gravidez na adolescência, nos apontando, para medidas urgentes de intervenção.

Diante dessa situação e incentivo das políticas públicas vigentes na atenção à saúde do escolar surgiu o desejo de desenvolver um trabalho de mobilização na perspectiva da educação em saúde nessas instituições, com ampliação a outras áreas circunvizinhas. Daí a importância e necessidade de realizar um diagnóstico nas instituições de ensino e conhecer as possíveis dificuldades, necessidades e limitações dos professores no trabalho da temática sexualidade no ambiente escolar.

Esse diagnóstico permitiu que, profissionais da saúde e da educação, pudessem planejar ações conjuntas com intervenções específicas, colaborando, portanto, na implantação e efetivação do Projeto Nacional Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) (MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, 2006a).

Esta questão sugere a importância de estabelecer vínculos com outras instituições, no sentido de oportunizar cursos de capacitações/educação permanente para esses professores, o que fundamenta e consolida parcerias entre Serviços de

Saúde - ESF - Educação e Instituição de Ensino Superior no sentido de oferecer um suporte técnico.

Os profissionais da ESF desempenham papel fundamental com as famílias e, nesse processo também são responsáveis por sensibilizar toda comunidade escolar (alunos, professores, coordenadores e diretores), habilitando-os para o trabalho de continuidade no contexto escolar.

Nesse sentido a parceria entre saúde e educação é fundamental, sendo o professor e o enfermeiro apontados como profissionais importantes nesta parceria, por possuírem habilidades específicas para o trabalho com essa clientela.

O desenvolvimento cuidadoso de cada etapa dessa investigação propiciou momentos de sensibilização tanto da comunidade escolar quanto dos gestores das áreas da educação e saúde dos níveis central e local e de profissionais de saúde local.

Este estudo contribuiu com informações e novos conhecimentos sobre a temática e favoreceu a realização de um Curso de Capacitação para os professores das instituições pesquisadas. Esses resultados certamente subsidiarão futuras intervenções nas suas realidades.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A sexualidade na escola e as políticas públicas

A sexualidade é entendida a partir de um enfoque amplo, abrangente e manifesta-se em todas as etapas da vida humana, sendo condicionada por fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Foi fortemente influenciada pelas idéias e tradições cristãs e judaicas e se desvelando ao longo da história. O conceito, segundo Costa (1994) passou a ser usado a partir do século XVIII para denominar o campo de força dos desejos humanos, em especial como a motivação para a busca do prazer físico, mas considerando também o aspecto psíquico e social do indivíduo. Este termo envolve aspectos tanto biológicos quanto social, e com grande força no âmbito psicológico, projetado nos pensamentos, sentimentos, ações e interações.

Na área da sexualidade Giddens (1993) também refere que a partir do século XVIII na Europa, o matrimônio era reconhecido como a verdadeira união entre duas pessoas que se amavam e a forma mais bem aceita pela sociedade para a experimentação da sexualidade. A iniciação sexual da mulher tinha o enfoque no matrimônio, na reprodução, enquanto ao homem era permitida a prática sexual e a busca do prazer fora dos limites do matrimônio.

Na nossa civilização ocidental, a sexualidade segundo Parker (1991) tem suas raízes entre o povo hebreu, de quem foram herdados os princípios morais, religiosos e legais. Os hebreus adotavam a forma patriarcal e o casamento considerado verdadeiramente de cunho divino. Da mulher era exigido que se mantivesse virgem até o casamento e os homens eram livres em seus comportamentos.

Ao abordarmos o tema sexualidade, nos reportamos a vários aspectos presentes em nossas vidas. Para a maioria das pessoas a sexualidade se restringe apenas a uma visão biológica, referente à sexo, relação sexual, prazer e procriação, mas estudos de Suplicy (1991), Ressel (2001) referenciam a sexualidade de forma complexa considerando não só os aspectos biológicos mas em especial fenômenos emocionais, psicológicos e até religiosos. Ainda a sexualidade envolve além do corpo físico, costumes, relações afetivas, comportamentos de risco, fatores

comportamentais como gravidez precoce, DST, educação sexual dentre outros (Ministério da Saúde, 2009).

Em virtude da influência portuguesa em nossa colonização, a sexualidade dentro do casamento seguiu os mesmos modelos da maioria dos Países da Europa. No Brasil colônia, a Igreja Católica, já defendia o casamento e a família patriarcal, como o principal modelo de poder de organização familiar (GOLDBERG, 1984).

Mas foi a partir da década de 60, no Brasil, com o “movimento hippie” que o fenômeno sexualidade cria força com o surgimento de manifestações políticas, sociais, culturais e dentre eles os sexuais. A partir deste período que novos conceitos começam a ser discutidos como a sexualidade da mulher e a liberação da pílula anticoncepcional, direito da mulher ao prazer, inserção da mulher no mercado de trabalho e sua autonomia além da liberação na mídia e divulgação de revistas sobre sexo (PARKER, 1991; RESSEL, SILVA, 2001).

Temáticas que envolvem a sexualidade com diferentes enfoques vem sendo discutida nas instituições de ensino desde a década de 20, mas a inclusão nos currículos de 1º e 2º graus se intensificou a partir da década de 70, tendo como preocupação a formação integral do indivíduo (NASCIMENTO, LOPES, 2000).

Foi somente a partir dos anos de 1980 que a demanda por estudos envolvendo a temática sexualidade nas instituições de ensino aumentou. Em virtude do intenso crescimento da gravidez precoce entre adolescentes e a grande preocupação de pesquisadores e educadores em relação ao fenômeno da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na população jovem (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997; CANO, FERRIANI, 2000).

A educação é uma área da natureza humana de fundamental importância para a sociedade e está na pauta das grandes conferências realizadas em todo o mundo.

O sistema escolar é responsável pela organização e repasse de informações gerais de todas as áreas do conhecimento e, reconhecido como um espaço social apropriado para a socialização e troca de experiências, favorecendo o pleno desenvolvimento da cidadania.

Segundo Arendt (1972) nas décadas de 50 a 70 as instituições de ensino eram reconhecidas como a extensão da família e a segunda instituição com o dever de cuidar e apoiar o aluno na sua totalidade. Ainda o professor era considerado

como um membro da família e suas opiniões prevaleciam. Esta questão mostra a importância e responsabilidade social da instituição naquela época.

Considerando o sistema escolar, a área saúde escolar é foco importante de aproximação dos escolares. Foi proposta há muitos anos no Brasil e ocupa atualmente lugar de destaque nas políticas públicas educacionais e de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007a). Temática que se construiu da interface dessas duas grandes áreas, com início em um movimento social amplo, ocorrido na Europa, entre os séculos XVI e XVII (FERRIANI, 1991).

Esse contexto social e histórico marcou a saúde do escolar, haja vista o grande interesse da gestão pública e de profissionais da saúde em diminuir a alta mortalidade infantil, desenvolvendo educação em saúde com foco na melhoria da qualidade de vida dos escolares com programas assistenciais no âmbito da escola (FERRIANI, 1991; CANO, 1994; FERRIANI, GOMES, 1997).

O campo da educação e da saúde foi fortemente influenciado pelo higienismo, ressaltando a correlação entre pobreza e ocorrência de doenças e epidemias. No âmbito nacional a história da medicina e da enfermagem se mescla apontado em especial, pelo movimento sanitarista, como necessidade de realizar controle de surtos atuando nas epidemias instaladas, atendendo principalmente, os interesses ligados à política econômica (ACIOLI, 2008).

A enfermagem na área da saúde do escolar, nos países desenvolvidos foi tradicionalmente reconhecida como uma profissão com atuação efetiva na prevenção e educação em saúde. No Brasil por questões históricas, sociais e institucionais a ênfase nessa área não esteve contemplada na formação profissional, até poucas décadas atrás (ESCOBAR, BERCINI, SILVA, 1991).

No Brasil, a primeira alusão à saúde do escolar se deu no século XIX, com a proposta de trabalhar o tema “higiene escolar” fundamentada em princípios higienistas visando controlar as frequentes epidemias que se disseminavam no país. Mas de fato, a questão da higiene escolar somente ganhou impulso no país a partir do início do século XX, em decorrência do aumento do número de escolares, bem como dos surtos que acometia este grupo, aumentando, portanto esforços para saneamento nas escolas com intensificação de ações na área da prevenção (LIMA apud FIGUEIREDO, MACHADO, ABREU, 2010).

Embora iniciada há muitas décadas, esta temática está bem atual e apresenta-se pertinente a realidade atual e em consonância com os princípios do

sistema de saúde brasileiro, Sistema Único de Saúde (SUS). As experiências vividas por profissionais nas décadas passadas tiveram muita importância no sentido de despertar para uma transformação da prática na área da saúde do escolar.

Nesse sentido a Enfermagem como profissão pioneira nesta área contribuiu e vislumbrou boas perspectivas nessa direção. Em razão às questões sociais e institucionais, Escobar, Bercini, Silva (1991) já consideravam uma lacuna na formação profissional, no sentido de preparar profissionais da área da saúde para a atuação nas escolas.

A Enfermagem, profissão com bastante atuação na prática social está diretamente associada ao cuidado humano nas diferentes etapas do ciclo da vida. Tem como tradição o trabalho de promoção da saúde em todos os níveis de complexidade (MIRANDA et al, 2000), marcando sua história na área da saúde do escolar (FERRIANI, CANO, 1984; FERRIANI, 1991; FERRIANI, GOMES, 1997).

Desde os primórdios da política brasileira, a área da educação assim como da saúde é reconhecida com certo descuido pela gestão pública não considerando as necessidades e interesses da população. Neste contexto, a saúde do escolar no Brasil apresenta uma dinâmica semelhante à descrita mundialmente, sendo criada também para atender as necessidades do desenvolvimento econômico do país (FERRIANI, GOMES, 1997).

No início da década 1980, o Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar (PROASE/SP) foi um marco na área da saúde do escolar, programa com propostas de promoção à saúde integral da criança e do adolescente a ser desenvolvido no ambiente escolar. Esta proposta compreendeu ações educativas de promoção, prevenção e recuperação da saúde, tendo como referência, as unidades básicas de saúde (FERRIANI, CANDIDO, 2001; CANO, 1994).

No final da década de 80 a saúde escolar no Brasil experimentava avanços deslocando o discurso tradicional para a estratégia das escolas promotoras da saúde (FERRIANI, 1991; FIGUEIREDO, MACHADO, ABREU, 2010), que teve suas bases no conceito de promoção da saúde, proposto pela Carta de Ottawa em 1986.

As recomendações propostas neste documento fundamentaram-se no incentivo ao indivíduo se cuidar, a partir da adoção de hábitos de vida saudáveis, instrumentalizando-o para a identificação de riscos à saúde. A promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de

vida saudável, na direção do bem-estar global, conforme recomendação da Carta de Ottawa (1986).

Porém, o que se observa, ainda no século XXI, é a proposição de ações que aparecem isoladamente e com enfoques na prevenção de doenças, em detrimento da promoção integral a saúde do escolar (SISTON, VARGAS, 2007).

Considerando este período, a respeito da saúde do escolar, algumas temáticas são consideradas importantes nesta fase e em especial as de ordem comportamental. Assim a sexualidade, tema de grande interesse e repercussão neste grupo populacional é reconhecida como tema emergente, de importância vital e que deve ser incorporada nos currículos de 1º e 2º graus (BUENO, 1998; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006a; MONTARDO, 2008).

A necessidade do trabalho desta temática nos currículos se intensificou com o advento da AIDS, sobretudo com início e registro dos primeiros casos confirmados de contaminação pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) entre a população jovem (BUENO, 1998). A partir de então esta temática passa a ser discutida e a constar formalmente nos currículos da maioria das instituições públicas de ensino, conforme preconizado pelo Parâmetro Curricular Nacional (PCN) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

O PCN foi apresentado às instituições brasileiras em 1996, com propostas de inclusão nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de ações de prevenção e de promoção da saúde para redução de vulnerabilidades de adolescentes às DST/HIV/AIDS e gravidez não planejada, por meio de articulações entre as áreas da saúde e educação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). Foram propostos temas transversais, baseados em questões relevantes, problemáticas sociais atuais e emergentes, considerando a realidade regional e nacional. Foram preconizados os temas transversais, orientação sexual (hoje educação sexual / sexualidade), ética, meio ambiente, cidadania e cultura, a serem incluídos nos projetos pedagógicos das instituições de todo país.

Estes temas têm naturezas diferentes das áreas usuais e ultrapassam os diferentes campos do conhecimento, devendo integrar as áreas convencionais de forma a serem trabalhados em todas elas, e, sobretudo relacionados à realidade social de cada localidade. A temática Orientação Sexual foi dividida em blocos de conteúdos como sexualidade, relações de gênero, diversidade sexual e prevenção de DST/HIV/AIDS (LEI Nº. 9.394) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

No presente trabalho optou-se pela expressão sexualidade ao invés de educação sexual, que segundo Suplicy (2004) trata-se de um termo mais amplo e moderno que considera os aspectos gerais do ser humano, biológicos sociais e psicológicos.

Nessa perspectiva de trabalho integrado, os Ministérios da Saúde (MS) e Educação (MEC) em parceria com a UNESCO e UNICEF, apresentaram em 2003 a proposta do projeto nacional Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), com objetivo de subsidiar as unidades federadas, estados e municípios, para implantação de ações educativas na área da sexualidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006a).

O êxito dessa proposta depende da consolidação de uma política participativa, firmada entre gestores, profissionais de saúde e educação com toda comunidade escolar além de estimular a participação da família (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006a). Essa proposta concretiza o esforço coletivo das áreas, no sentido de reduzir possíveis vulnerabilidades a que os escolares adolescentes estão expostos, principalmente os de ordem comportamental como o fenômeno da sexualidade, incluindo a problemática das DST/HIV/AIDS e gravidez, ainda bastante comum nas instituições escolares brasileiras.

Recentemente, em 2008 a Comissão Intersectorial de Educação e Saúde na Escola apresentou o Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como objetivo a integração das redes do sistema de educação e saúde para realização de ações preventivas e de intervenção na área da saúde, destinadas à população de escolares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Nesse contexto, a educação no campo da sexualidade inclui questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso à informação de qualidade baseada na cientificidade, além do respeito à diversidade sexual. Trabalhos na área da sexualidade realizados em instituições de ensino e em serviços de saúde diferenciam-se pela natureza da temática com ênfase nas experiências vivenciais no cotidiano escolar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006a).

Desta forma, se faz importante a abordagem com a população de estudantes no contexto escolar do ponto de vista da situação problema, trazida como vulnerabilidade às DST, uma vez que para Freire (1996), ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho e é na instituição de ensino que o indivíduo, com ajuda do educador e socialização entre os colegas forma sua identidade e adquire conhecimentos.

É importante que todos os envolvidos com a formação do escolar estejam atentos às transformações sociais e percebam que a condição essencial para um bom trabalho no contexto escolar depende das parcerias bem sucedidas, principalmente entre saúde e educação.

Com a finalidade de contribuir com essa aproximação, o MEC e MS visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira, por meio do PSE. Assim elaborou a metodologia das Agendas de Educação e Saúde, a serem executadas como projetos didáticos nas instituições de ensino, em parceria com a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Os profissionais da ESF devem atuar com compromisso de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de jovens de toda a rede de ensino brasileira.

Diante do exposto é necessário que educadores e profissionais da ESF assumam de fato seu papel como educador e que estejam mobilizados e habilitados para o trabalho na área da sexualidade com foco na informação em saúde, na prevenção. É importante que esses profissionais despertem para que conteúdos nesta temática sejam trabalhados de forma transversal, ou seja, em todas as disciplinas, pois assim haverá garantia ao atendimento dos objetivos preconizados pelos PCN, SPE e PSE.

É importante também a parceria entre instituições, no sentido de construir uma rede social integrando a saúde e educação com foco na redução dos possíveis problemas de saúde e colaborar na formação de futuros cidadãos saudáveis (SOUZA et al, 2010).

1.2 Vulnerabilidades do escolar adolescente

O número de jovens no Brasil contribui com 19% da população, somando um total de mais de trinta e quatro milhões de pessoas na faixa etária entre 8 e 18 anos (PORTAL DO IBGE, 2007). Mediante estes dados, é imprescindível a atenção a esta população específica, pois está exposta a riscos e relações de vulnerabilidade, principalmente a social, além de que este grupo populacional é

bastante expressivo e necessário para a nação brasileira, representando força de trabalho e expectativa futura.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define criança e adolescente somente no aspecto relacionado à cronologia. Considera criança, pessoas com doze anos incompletos, e adolescentes pessoas com idade compreendida entre 12 e dezoito anos (LEI 8069 - ECA, 1990).

A adolescência é uma fase de alterações importantes no desenvolvimento físico, emocional e sócio-cultural, podendo constituir importante fonte de ansiedade e conflitos para o adolescente e sua família (CARVAJAL, 2001).

Esta fase do desenvolvimento humano desencadeia diversos temas importantes de estudos, pois é marcada por intensas transformações apresentando alterações importantes como psicológicas e biológicas. Os eventos psicológicos resultarão em aquisição de uma identidade sexual e o aspecto biológico é determinado, dentre outras, por transformações estimuladas pela ação hormonal, característica marcante da puberdade (JARDIM, BRÊTAS, 2006).

Trabalhar a temática sexualidade em qualquer ciclo da vida é sem dúvida muito complexo e delicado e em especial na fase da adolescência. Esta temática é considerada de relevância mundial com repercussões diretas nos aspectos sociais e econômicos das nações, principalmente na área da reprodução.

Estudos têm mostrado que fatores comportamentais sociais como vulnerabilidade de jovens a promiscuidade, drogas lícitas e ilícitas, violências, sexo desprotegido, dentre outros, podem comprometer tanto a saúde sexual quanto a reprodutiva em algum momento da vida (SILVA et al, 2005; CAMPO-ARIAS, CEBALLO, HERAZO, 2010).

O conceito de vulnerabilidade vem superar o raciocínio clássico de risco em epidemiologia, avançando para a discussão dos determinantes sociais na produção dos agravos (NICHATA et al, 2008), é apontada como um conjunto de aspectos que vão além do individual, abrangendo aspectos coletivos, contextuais, que levam à suscetibilidade a doenças ou agravos (MUÑOZ SANCHEZ, BERTOLOZZI, 2007).

Vulnerabilidade significa a capacidade do indivíduo ou grupo social de perceber e decidir sobre sua situação de risco, estando diretamente associada a fatores individuais, familiares, sociais, religiosos, políticos e educacionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

As diferentes vulnerabilidades associadas à prática do sexo desprotegido, o uso de drogas, violência doméstica e sexual e as barreiras culturais induz os jovens às situações de maior exposição às DST e a AIDS.

É de conhecimento de todos que por meio de ações preventivas como o conhecimento de DST, práticas de sexo seguro, ampliação do acesso da população aos serviços de aconselhamento, o diagnóstico rápido e de qualidade com tratamento resolutivo das DST e a priorização da abordagem de DST no campo do ensino e da pesquisa pode-se evitar agravos.

Um fator importante a se considerar é o uso de drogas injetáveis associado ao compartilhamento de seringas e agulhas, que apresenta alta probabilidade de transmissão sanguínea do HIV. Esse tipo de transmissão é preocupante, principalmente nas áreas da rota do tráfico de drogas no mundo e no Brasil, comprometendo uma juventude saudável (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006b).

Os adolescentes buscam informações sobre sexualidade, mas no geral, os conhecimentos sobre DST e contracepção são inadequados. Uma importante fonte de informações sobre DST, segundo Romero et al (2007) são os pais, apesar da superficialidade do diálogo sobre o assunto. E em segundo lugar o educador-professor (EGYPTO, 2003, MONTARDO, 2008).

Esta população jovem apresenta-se vulnerável e despreparados para o início de uma vida sexual saudável (SILVA et al, 2005), pois está exposta a inúmeros fatores que podem lhe comprometer a perspectiva de futuro, interromper sonhos e trazer consequências graves, comprometendo sua saúde sexual e reprodutiva.

Diante da transformação do cenário mundial quanto à incidência de doenças, sexualidade, drogas, tornando o jovem, inserido neste cenário, cada vez mais vulnerável, é necessário uma intervenção urgente, no sentido de preparar este jovem para viver de forma mais saudável. E o espaço estratégico para este trabalho, é indiscutivelmente, o escolar.

Esta fase do desenvolvimento humano necessita de atenção por parte dos educadores e pesquisadores na área. Pois é marcada por intensas transformações apresentando alterações importantes como psicológicas e biológicas. Os eventos psicológicos resultarão em aquisição de uma identidade sexual e o aspecto biológico é determinado, dentre outras, por transformações estimuladas pela ação hormonal, característica marcante da puberdade (JARDIM, BRETAS, 2006).

Apesar da alta exposição à vulnerabilidade, a população jovem representa o maior potencial de mudança deste cenário posto, portanto, merece ser alcançada com intervenções adequadas e pertinentes, tornando-se um grupo prioritário para promoção da saúde em todos os continentes (ROSS, DICK, FERGUSON, 2006). Esta fase da adolescência é um importante momento para a adoção de práticas e comportamentos saudáveis e seguros, por ser uma porta de entrada para diversas situações de perigo para a saúde que definem um perfil de risco na idade adulta.

Muitas das causas de morte entre jovens, das incapacidades e sequelas e das exposições aos fatores de risco comportamentais podem ser significativamente reduzidas com a adoção de políticas de prevenção e promoção da saúde, de modo a atender indivíduos nesta fase da vida.

Assim o Ministério da Educação realiza um inquérito a cada dois anos para identificar e monitorar os fatores de risco e proteção a que os jovens estão submetidos, intitulado Pesquisa Nacional de saúde do Escolar (PeNSE) com participação do IBGE e Ministério da Saúde. Em 2009, este inquérito foi realizado com 63.411 alunos (47,5% do sexo masculino e 52,5% feminino) matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental de 1.453 escolas públicas e privadas em 26 capitais e no Distrito Federal. Cerca de 89% dos escolares tinham idade entre 13 e 15 anos (PORTAL IBGE, 2009).

Dentre outros resultados, 27% dos estudantes beberam ao menos uma vez nos últimos 30 dias; 76% dos escolares nunca fumaram; 76% dos escolares sexualmente ativos utilizaram o preservativo na última relação; 87,5% dos escolares da rede pública já conheciam sobre prevenção de AIDS e outras DST e mais de 80% receberam informações sobre prevenção nas instituições de ensino (PORTAL IBGE, 2009).

Estes dados refletem necessidades de investimentos do setor público como programa de DST/AIDS com informações direcionadas aos jovens, distribuição de preservativos e programas voltados para a saúde do escolar, como o PSE que já beneficiou 8 milhões de estudantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Os adolescentes de hoje são bem informados, no entanto, continuam expostos a situações de risco (TAQUETTE, VILHENA, 2008), situação já relatada anteriormente por Keleges (1998), que informações relativas a sexualidade melhora o conhecimento dos jovens sobre sexo, mas não altera atitudes. Soares et al (2008),

em pesquisa com adolescentes escolares, com objetivo de compreender como vivem e exercitam sua sexualidade, mostrou que o conceito de sexualidade limita-se apenas a aspectos comportamentais como relacionamento sexual, gravidez precoce e métodos contraceptivos.

Mediante a essas informações, dados do Ministério da Saúde (2006a) mostram que devido a uma diversidade cultural e sócio-econômica no país, há dificuldades de padronização de ações no campo da prevenção devendo, portanto considerar o ambiente social em que o jovem está inserido.

A realidade da nossa juventude endossa a necessidade de pesquisas e ações com esse segmento populacional e indica que investimentos nas áreas da saúde e da educação se mostram como imprescindíveis para o cuidado da saúde do adolescente, a fim de alcançarmos os impactos desejados no campo da saúde comunitária.

1.3 O papel do professor na educação sexual

Ações na área da educação são imprescindíveis no processo de transformação de toda nação e possui papel significativo e de responsabilidade indiscutível na formação de sujeitos pensantes e participativos (MACHADO, 2004).

O ambiente escolar é considerado espaço potencial de fundamental importância para articulação entre as redes, de ensino, saúde, família e comunidade. Considerado local social propício para o desenvolvimento de ações educativas e repasse de informações formais e comunitárias com vistas à formação de cidadãos responsáveis para a transformação da sociedade (FERNANDES, ROCHA, SOUZA, 2005; LEONELLO, L'ABATE, 2006; GONÇALVES et al, 2008).

Além de ser um espaço para convivência social e grupal, estabelecendo vínculos, onde as relações sociais favorecem a formação da identidade do jovem, estimulando a participação nas atividades diversas, faz interfaces com outras instâncias como a saúde, através da promoção da saúde no ambiente escolar (MIRANDA et al, 2000; MIZUKAMI, 2006; LEONELLO, L'ABBATE, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007a).

Atualmente há uma verdadeira proliferação de discursos sobre a sexualidade permeando o campo educacional. Em se tratando do espaço escolar, é necessário enfatizar a figura do professor, uma vez que tem maior proximidade e

acesso aos alunos, ficando assim com a maior carga de responsabilidade, no que diz respeito às questões relacionadas aos interesses destes.

A educação sexual se faz necessária em todo contexto escolar, a exemplo em projetos pedagógicos, propostas curriculares, políticas públicas, cursos de educação à distância, programas sociais, matérias de jornais e programas de televisão, entre outros. Sob diferentes enfoques, a sexualidade é tematizada e transformada como foco principal na área comportamental (ALTMANN, 2005).

Diante do quadro atual, a temática sexualidade tornou-se objeto de estudos e de diferentes intervenções da área da saúde, educação e outros segmentos governamentais. A instituição de ensino é a instituição conclamada a contribuir para mudanças no quadro atual. Sobre esse aspecto, Altmann (2007, p. 307) diz que,

“As instituições de ensino, enquanto dispositivo social que atinge um grande contingente de jovens torna-se local privilegiado para expansão de trabalhos na área da sexualidade. Daí a recorrente evocação do papel que esta tem a exercer sobre a atual problemática social”.

Mediante esta afirmação toda rede social como meio de comunicação, veículos de entretenimento, instituições comunitárias e religiosas e as próprias instituições de ensino, constituem uma poderosa influência sobre o modo de agir e comportar dos escolares, principalmente na fase da adolescência onde há dentre outras situações, experimentações de novas situações (EGYPTO, 2003; JARDIM, BRÊTAS, 2006; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

A importância de projetos nesta área é confirmada no trabalho de Borges et al (2006), que demonstra que a maioria dos adolescentes esclarece suas dúvidas sobre sexualidade na escola com os professores, seguido de amigos e por último procuram os pais.

Sobre esta questão, estudo de Freire (1996) mostrou que o educador deve considerar a realidade vivida para direcionar sua prática, uma vez que os conhecimentos gerais devem ser significativos para o aprendiz e incorporados na sua prática cotidiana, assim o conhecimento fará mais sentido, favorecendo a formação do ser na integralidade.

Nesse sentido, o professor aconselhador deve desenvolver algumas habilidades e virtudes que favoreça a interação e a confiança do educando. Deve estabelecer diálogo, e, contudo ser problematizador, a fim de desenvolver um sujeito

com pensamento crítico-reflexivo para interpretar o mundo, nele intervir, transformá-lo, transformar-se e ser sujeito de sua própria ação, de forma responsável, ou seja, para que este sujeito exerça a cidadania (FREIRE, 1996; MIRANDA et al, 2007).

A mídia tem enfatizado a importância de participação dos jovens no processo educativo de temas comportamentais. Assim se faz necessária uma abordagem inovadora e participativa de conteúdos que possa suscitar o diálogo aberto e a discussão entre os pares (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007b). A transversalidade traz em seu cerne uma reinvenção e mudanças no ensino a fim de que as instituições de ensino apresentem propostas de reflexão sobre a adaptação de conteúdos em todas as grades curriculares.

Embora esta questão contribua para uma evolução histórica da saúde escolar no Brasil, é perceptível e urgente a necessidade de um planejamento ordenado do currículo escolar, bem como propostas para a formação do professor para que de fato possa legitimar a temática sexualidade como tema transversal no currículo escolar.

A série “Prevenir é Sempre Melhor” ancora-se em ações configuradas como estratégicas para capacitar professores/as à distância, envolvendo profissionais habilitados em diversas áreas do conhecimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007c). Entretanto, estes eventos articulam os professores posicionando as mulheres como responsáveis por cuidar de si, controlar sua sexualidade e manter-se longe da doença e da gravidez precoce, agrega ainda antigos jogos de poder, inscritos nesses discursos por meio de idéias rígidas em relação ao gênero e a sexualidade (DAZZI, 2005). Nesse sentido, a dificuldade em trabalhar esta temática, os tabus e preconceitos dificilmente serão superados.

Apesar do interesse e conscientização dos professores sobre a importância da temática sexualidade nas instituições de ensino, a maioria não dispõe de conhecimentos suficientes para inseri-lo em sua prática. É necessário portanto, que haja implementação de programas de treinamento e capacitações nesta área para se tornarem referência para os escolares além de serem multiplicadores de informações (JARDIM, BRETAS, 2006; CAMARGO, BOTELHO, 2007).

Nesse sentido, alguns trabalhos já realizados com professores de instituições de ensino mostraram a importância de uma educação continuada com cursos de capacitações na área da sexualidade, onde foram despertados para

incorporar temas em suas práticas profissionais (IERVOLINO E PELICIONE, 2005; ALENCAR et al, 2008; SOUZA et al, 2010).

Um estudo realizado pela UNESCO (2002) com jovens para discutir temas sobre sexualidade, AIDS, drogas e protagonismo juvenil no contexto escolar mostrou sobre a necessidade de sistematizar materiais educativos específicos a esta população com a disponibilização de preservativos nas instituições públicas de ensino brasileiras.

No entanto o acesso ao preservativo configura uma importante estratégia e meio eficaz para a concretização da educação sexual nas instituições públicas de ensino (BORGES et al, 2006), aliado a programas educacionais participativos de sensibilização dos jovens quanto às mudanças de atitude e comportamento sexual seguro (ANDRADE, 2009).

Essa recomendação vem ao encontro do PSE, que adota como uma de suas estratégias a disponibilização do preservativo nas instituições de ensino num contexto educativo de sexualidade e prevenção. A dificuldade do acesso ao preservativo é uma das barreiras encontradas pelos/as jovens para seu uso efetivo.

Trata-se de uma temática essencial, mas difícil de ser trabalhada, uma vez que propõe mudanças de atitudes e comportamentos, permeia conceitos e tabus que estão impregnados em todas as gerações. Além de que os próprios educadores possuem limitações técnicas e profissionais para o trabalho no ambiente escolar.

Nesse sentido, para trabalhar o tema transversal sexualidade com suas nuances é preciso que o professor vá além da matéria, do conteúdo, é preciso atingir a subjetividade dos alunos, oportunizar sua participação e envolvê-los no processo e cuidado também da sua saúde (CARVAJAL, 2001; ALENCAR et al, 2008).

1.4. Justificativa do Estudo

Dentre os fenômenos que podem interferir de forma positiva ou negativa para o desenvolvimento normal da sexualidade está o comportamental. De acordo com Abramovay et al (2004) as informações recebidas e o comportamento que o indivíduo adotar na fase da juventude e em seu ambiente de convivência será determinante para toda sua vida.

No entanto trabalhar informações relacionadas a comportamentos requer preparar o educador, o professor, para lidar com questões diversificadas presentes no cotidiano das instituições de ensino.

O professor é peça chave no que se refere aos temas transversais, de igual forma, se faz necessário um envolvimento destes profissionais e também da ESF que também são responsáveis pela saúde do escolar, conforme preconização do PSE (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). Portanto, a parceria dessas duas grandes áreas do conhecimento é imprescindível para o trabalho da sexualidade com o escolar.

A instituição de ensino se constitui um espaço social privilegiado para implementação de políticas públicas, em especial de saúde, uma vez que o perfil de escolarização da população no Brasil mostra que uma média de 97,6% da população entre 7 e 14 anos e 82,1% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentam a escola. Na análise regional, a Região Centro-Oeste apresenta dados semelhantes à Nacional (PORTAL IBGE, 2009).

Nesse sentido a diversidade comportamental e os dados epidemiológicos atuais apontam para necessidades emergentes de estratégias de prevenção para as realidades locais de toda nação.

Assim, organizações internacionais como a UNAIDS, apresentam estratégias e prioridades para a redução da pandemia de doenças como a AIDS com metas para os anos de 2009-2011. Os objetivos são de atingir nove áreas prioritárias, dentre elas ressaltamos, a redução da transmissão sexual do HIV, a proteção de usuários de drogas de serem infectados com o HIV e capacitação de jovens para se protegerem do HIV (UNAIDS, 2009b).

A contaminação pelo HIV e a AIDS continua sendo prioridade na saúde global. Apesar dos grandes progressos alcançados na área da prevenção, como medicação específica e monitoramento através do Centro de Testagem Anônima (CTA), novos casos são notificados a cada ano e com um número anual expressivo de mortes, além de que há uma previsão de permanência deste quadro nas próximas décadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

Dentre as DST, ainda a AIDS continua sendo alvo de discussões de toda comunidade científica mundial. O número de pessoas contaminadas com HIV em todo o mundo continua a crescer. Em 2008 atingiu um número estimado de 33,4 milhões, sendo que o número total de pessoas vivendo com o vírus em 2008 foi

superior a 20% a mais que em 2000 e a prevalência foi de aproximadamente três vezes maior que em 1990 (UNAIDS, 2009a).

Desde a década de 1980, período em que a AIDS foi reconhecida nos EUA, no Brasil, exatamente em 1982, mudanças importantes em seu perfil epidemiológico vem ocorrendo. Passou de uma fase que se caracterizava pela transmissão homo/bissexual masculino, para aparição de outros fenômenos importantes, chamados feminilização e juvenilização da epidemia, com aumento intensificado a partir de 1992 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006b, 2007b).

A epidemia varia muito em diferentes regiões do mundo, mas no geral a população jovem constitui um grupo particularmente vulnerável ao HIV. No total, 50% da transmissão do HIV ocorrem entre os 15-24 anos, e de 5 a 6 mil jovens são infectados a cada dia (UNAIDS, 1999, 2009b).

No Brasil, desde o início da epidemia até o ano de 2010 foram notificados 592.914 mil casos de aids, configurando uma das doenças mais sérias devido sua gravidade e aspecto pandêmico (MINISTERIO DA SAÚDE, 2010a).

Em Goiás, de acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, desde a primeira notificação de aids no estado até outubro/2009, foram registrados 11.918 casos em indivíduos maior de 13 anos, e destes, 3501 em adolescentes - 12 a 19 anos (MINISTERIO DA SAÚDE, 2010a; SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS, 2010).

Em relação às DST gerais, foram notificadas 14.063 casos na faixa etária de 10 a 24 anos (SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS, 2008).

Considerando o aumento rápido da disseminação da infecção pelo HIV nas últimas três décadas somando à evolução das características epidemiológicas, levantou importantes questões sobre as medidas de prevenção, em especial o apoio aos educadores de instituições de ensino (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007b).

Diante desse contexto, justificam-se ações que promovam o engajamento das instituições de ensino, de maneira que os educadores atuem mais diretamente na prevenção (BORGES, NICHATA, SCHOR, 2006).

Quando se pensa em transmissão sexual, outro importante aspecto a ser considerado, é o da vulnerabilidade de cada pessoa, como descrito no item anterior. A exemplo, a população jovem está em constantes circunstâncias desfavoráveis para percepção de risco (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006b, ROMERO et al, 2007).

Outra particularidade da população jovem é a questão de gênero. Enquanto na população geral a proporção é de 16 casos de AIDS em homens para 10 em mulheres, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta proporção inverte, existem 6 meninos infectados para cada 10 meninas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Estes dados apontam para a urgente necessidade de trabalhar com esta população, considerando que dentre as DST, especialmente a AIDS, têm acometido toda a população distribuída em todas as faixas etárias. A abrangência do problema ainda é mais preocupante, quando são apresentados crescentes índices entre a população com menores níveis de escolaridade e recursos financeiros, fatores que têm influência direta no comportamento individual, tornando-os mais vulneráveis à aquisição de DST (SINGH et al, 2001; JUAREZ, 2002; JARDIM, BRÊTAS, 2006).

Outra problemática associada à saúde do adolescente é a gravidez. A porcentagem de adolescentes que engravidaram ou engravidaram suas parceiras e não tiveram o filho chega a 28,8%, na análise regional, a porcentagem atinge patamares mais elevados no Centro-Oeste (40%). Entre os adolescentes que não tiveram o filho, 76,7% estavam na faixa etária entre 15 e 17 anos e 23,3% tinham de 12 a 14 anos. Na região Centro-Oeste, 12,6% dos adolescentes que já tiveram relações sexuais passou por uma situação de gravidez (UNICEF, 2002).

Uma pesquisa realizada recentemente mostrou a ocorrência de queda da incidência da gravidez na adolescência em todo o Brasil, assegurada por um fator que nos chamou atenção, que é o ritmo de queda no número de partos na adolescência nos últimos cinco anos na rede pública. Dados gerais mais recentes do Ministério da Saúde mostram que a quantidade desses procedimentos em adolescentes de 10 a 19 anos caiu 22,4% de 2005 a 2009, sendo a Região Centro-Oeste em segundo lugar nessa redução com 24,4% a menos que em 2005 (PORTAL DA SAÚDE, 2010).

Estes dados nos levam a refletir sobre investimentos na área da prevenção, com informações em saúde, porém a problemática ainda é preocupante e aponta necessidades de ações para esta população. Pois vários são os fatores de ordem comportamental que os deixam mais suscetíveis a agravos como a precocidade sexual, a vulnerabilidade, a aquisição de DST/HIV/AIDS, riscos para gravidez precoce e a dificuldade de negociação do uso de preservativos.

Sobre a questão do uso de preservativos masculino, o uso correto em todas as relações pode haver a redução de transmissão por HIV e outras DST em

até 95% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006b; CAMARGO et al, 2007). Sobretudo quando há o uso regular está acontecendo o aperfeiçoamento da técnica de utilização, reduzindo, portanto a frequência de ruptura e escape, e conseqüentemente, aumentando sua eficácia. Isso mostra que questões relacionadas a conscientização, conhecimento e mudanças de atitudes são importantes sobre o ponto de vista da prevenção.

No entanto diminuir a vulnerabilidade dos adolescentes sobre diversas questões, em especial, as que envolvem sexo/sexualidade, significa trabalhar comportamento, algo que demanda sensibilidade e tempo, uma vez que é um processo complexo e delicado para a natureza humana. É imprescindível projetos com envolvimento e parceria de todos os segmentos da sociedade, como família, serviços de saúde, a mídia, poder público, segmentos religiosos, órgãos não governamentais e essencialmente instituições de ensino em parceria com serviços de saúde.

É necessário lidar de forma articulada com idéias, valores, práticas e comportamentos. É preciso entender o adolescente como um ser, em um complexo período de transição para a vida adulta, que precisa dessa crise para o amadurecimento, e que precisa viver intensamente sua sexualidade sem temores, culpa ou ter que seguir valores estereotipados.

O crescimento e desenvolvimento saudável da população jovem e adolescente são elementos básicos que incidem diretamente no avanço social, econômico e político de uma nação. Do ponto de vista biológico, psicológico e social, a adolescência é uma etapa muito vulnerável do ciclo humano, e merece atenção e tecnologias especiais de cuidado.

Para promover um comportamento sexual responsável, para reduzir vulnerabilidades, redução de danos, gravidez precoce, DST/AIDS e conflitos emocionais na adolescência, requer responsabilidades e esforços conjuntos de todos envolvidos, indivíduos, famílias, sociedade, sistema de saúde e sistema de ensino. Os programas de promoção de saúde devem promover mudanças no plano individual, grupal e social.

Diante do exposto, e com as tendências nas políticas vigentes no que diz respeito a saúde sexual do adolescente e ainda as experiências no trabalho diário na ESF me fez refletir sobre possibilidades de intervenção com as famílias. Tenho vivenciado situações de vulnerabilidades a que os adolescentes estão expostos,

como desordens na família e suicídio entre adolescentes meninas e, sobretudo ao despreparo das instituições de ensino em assumir e trabalhar com ações educativas com foco na prevenção. Situações dessa natureza me despertaram interesse e motivação de realizar o presente estudo.

Essa proposta foi articulada às perspectivas do Núcleo de Ações Interdisciplinares em DST/HIV/AIDS da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás (NUCLAIDS/FEN/UFG). Dentre outros projetos, está a proposta de investigação na área da prevenção e educação permanente com profissionais da educação. Especificamente conhecer a situação do trabalho dos professores de instituições públicas de ensino da Região Leste do município de Goiânia-Goiás, na área da sexualidade.

A carência de pesquisas sobre a situação do trabalho realizado ou não por professores no ambiente escolar no município e estado de Goiás dificulta o planejamento de ações e execução de programas de promoção da saúde e prevenção de agravos a serem contemplados nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino.

Dessa forma este estudo poderá contribuir para identificar tanto o conhecimento quanto as necessidades de informações/conteúdos sobre a temática em questão, com propostas viáveis de execução de ações educativas e de intervenção como educação continuada para toda comunidade escolar, em especial aos professores.

Espera-se que os resultados possam subsidiar ações intervencionistas em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Saúde, em prol da definição de metas para trabalhar a temática sexualidade de forma transversal nas instituições de ensino. Com o cumprimento dos planos do PCN e PSE, à luz de diminuir as diversas vulnerabilidades dos escolares na fase da adolescência, os alunos poderão sentir-se privilegiados e aptos a exercerem sua cidadania com saúde.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar diagnóstico situacional sobre a temática sexualidade em instituições públicas de ensino da Região Leste do município de Goiânia-Goiás.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as instituições públicas de ensino quanto a sua natureza, número de professores e de alunos;
- Verificar a proposta pedagógica das instituições públicas de ensino na área da sexualidade;
- Identificar o perfil sócio-demográfico e profissional dos professores;
- Conhecer as atividades desenvolvidas pelos professores sobre conteúdos referentes à temática sexualidade no contexto escolar;
- Identificar as dificuldades e necessidades dos professores em trabalhar a temática sexualidade nas instituições de ensino.

3. METODOLOGIA

3.1. Delineamento do estudo

Estudo de corte transversal. O estudo transversal inclui como sujeito todas as pessoas ou uma amostra de uma determinada população em um recorte temporal, ou seja, em um único momento, permitindo fazer associações entre variáveis (ROTHMAN, GREENLAND e LASH, 2008).

Segundo Klein e Block (2003), apesar dos estudos transversais terem como limitação a impossibilidade de testar hipóteses causais, sempre é possível testar a associação de frequências ou estatísticas entre dois eventos na amostra estudada.

3.2. Local do estudo

Estudo realizado em instituições públicas de ensino, municipais e estaduais, situadas em áreas com cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), adstritas às Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), da Região Leste do município de Goiânia-Goiás.

As instituições de ensino foram selecionadas por pertencerem às micro áreas onde foram desenvolvidas atividades do Programa Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-SAÚDE) junto à ESF da mesma região.

3.3. População, amostra e período de coleta dos dados

A população fonte constituiu-se de diretores e professores de seis instituições públicas de ensino localizadas na área delimitada do estudo, por representarem as maiores instituições de ensino da região.

A amostra foi de conveniência (TORRES, 2003). Os profissionais foram convidados a participar do estudo e voluntariamente se dispuseram a conceder entrevistas e responder os questionários.

Os dados foram coletados no período de abril a junho de 2009.

3.4. Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados, desenvolvidos pela própria pesquisadora, com base na literatura especializada e atendendo aos objetivos estabelecidos.

O primeiro instrumento foi direcionado a instituição de ensino e tratava-se de um roteiro semi-estruturado para entrevista com os diretores (Apêndice I).

O segundo instrumento, direcionado aos professores constou de um questionário semi-estruturado, com questões abertas e fechadas usando o diagnóstico situacional sobre a temática sexualidade desenvolvida no ambiente escolar (Apêndice II).

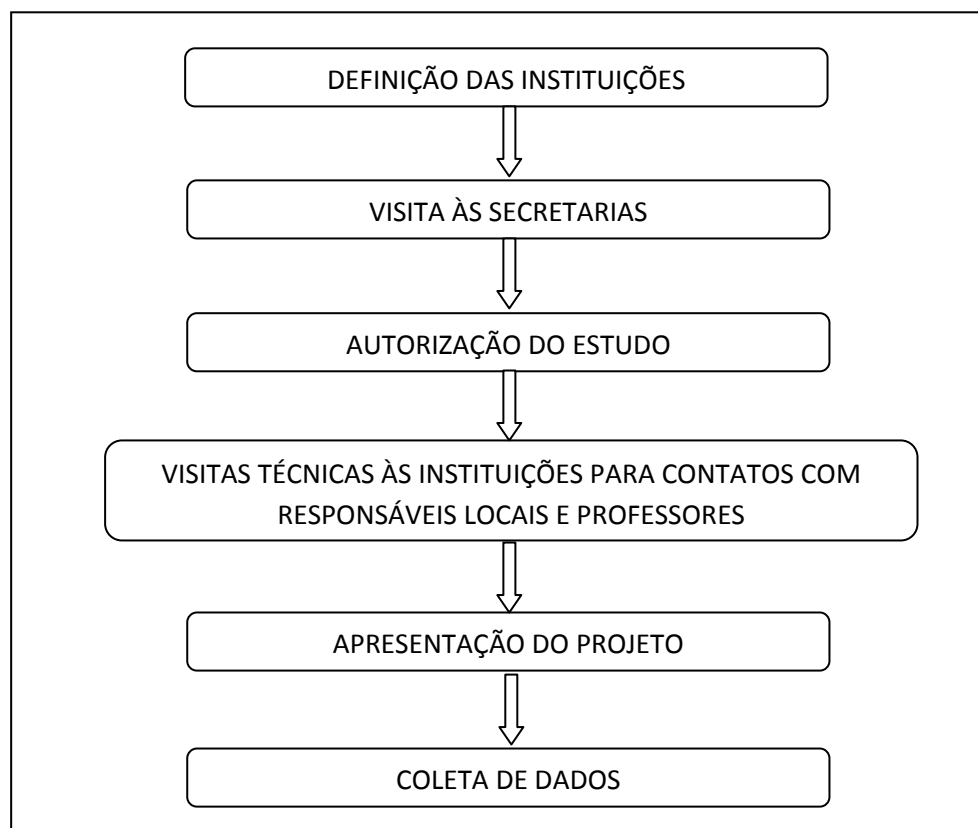
3.5. Etapas da pesquisa

A coleta de dados foi precedida de etapas logísticas que objetivaram organizar o campo para os procedimentos de entrevista e de aplicação dos questionários.

Essas etapas podem ser visualizadas no fluxograma 1.

FLUXOGRAMA 1:

ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO



Na primeira etapa, foram definidos o quantitativo e a seleção das instituições para o estudo, considerando as áreas de abrangência das ESF e do grupo tutorial do Projeto de Educação para o Trabalho na área da Saúde (PET-Saúde).

Na segunda etapa, foram estabelecidos os contatos necessários com as secretarias estadual e municipal de educação, que autorizaram a realização do estudo.

Na terceira etapa, realizaram-se visitas às instituições para os contatos com diretores, coordenadores pedagógicos e professores quando houve a proposta do estudo.

Na quarta etapa da pesquisa aconteceu a coleta dos dados por meio de entrevistas e questionários.

Os dados foram coletados pelo pesquisador com auxílio de bolsistas de iniciação científica. Todos receberam treinamento para garantia de coerência intra-coletadores e a validade interna foi testada por meio da aplicação do teste piloto.

3.6. Teste piloto e Critérios de elegibilidade

Os instrumentos de coleta de dados foram validados por teste piloto que verificou sua objetividade, clareza e pertinência em relação aos objetivos propostos (Apêndice II), totalizando 8 questionários. Estes foram respondidos por professores das instituições participantes neste estudo.

Foram considerados elegíveis para o estudo, os professores das instituições de ensino (estadual e municipal), situadas geograficamente nas áreas adstritas às Unidades Básicas de Saúde da Família, Região Leste de Goiânia-Goiás.

Os professores deveriam estar no exercício da docência por ocasião da coleta dos dados, independentemente do vínculo trabalhista.

Também foram elegíveis diretores e ou os coordenadores pedagógicos das instituições selecionadas que aceitaram participar da pesquisa.

Os profissionais que concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice III).

3.8. Variáveis do estudo

3.8.1. Variáveis relacionadas à categorização das instituições de ensino (Apêndice I): natureza (municipal ou estadual), nível de ensino (fundamental ou médio) e nº de professores por turno.

3.8.2. Variáveis relacionadas à proposta pedagógica das instituições de ensino na temática sexualidade (Apêndice I): periodicidade do planejamento do PPP, se o PPP é construído coletivamente, inclusão da temática sexualidade no PPP, responsáveis pela abordagem da temática sexualidade na instituição de ensino, recursos pedagógicos disponibilizados aos professores, política institucional de educação permanente.

3.8.3. Variáveis relacionadas aos professores (Apêndice II):

3.8.3.1. Características sócio-demográficas: idade, sexo, situação conjugal.

3.8.3.2. Características profissionais, formação e experiência na temática sexualidade: natureza (municipal ou estadual), formação acadêmica, tempo de docência em anos, tempo de trabalho na instituição, área de formação, carga horária semanal, formação na temática, experiência de ensino da temática.

3.8.3.3. Características do trabalho educativo no ambiente escolar: idade adequada para início do trabalho com os alunos na temática sexualidade, disciplinas que devem abordar a temática, responsável pela temática sexualidade.

3.8.3.4. Características das dificuldades e necessidades dos professores: dificuldades em abordar a temática, preparo técnico na temática, temas necessários para capacitação.

3.8.3.5. Prática pedagógica dos professores: realização freqüente de trabalho, temas trabalhados, metodologia utilizada, sensibilização com os pais, temas importantes na área da sexualidade.

3.8.3.6. Caracterização dos alunos: interesse dos alunos na temática, conhecimento sobre prevenção de DST e gravidez, história de DST, história de gravidez.

3.8.3.7. Características das instituições de ensino: construção do PPP, temática sexualidade consta no PPP, recursos didáticos disponibilizados pela instituição.

3.9. Viabilidade do estudo

Este projeto recebeu apoio financeiro da FAPEG - Fundação de Apoio a Pesquisa Goiana, e integra a “**Rede Goiana de Pesquisa em Agravos Transmissíveis** com Ênfase nos Aspectos Epidemiológicos, Preventivos e Diagnósticos” (Chamada Nº 001/2008 – Pesquisas em Áreas Estratégicas), além da parceria com o projeto PET-Saúde.

3.10. Processamento e análise dos dados

Os dados das entrevistas foram digitados no programa estatístico Epi-info versão 6.04 for Windows, desenvolvido pelo “Centers for Diseases Control and Prevention”, Estados Unidos da América. A análise descritiva foi realizada através de distribuição de frequências, cálculo de médias e medianas e análise univariada. Para verificar as significâncias estatísticas, foram utilizados os testes de χ^2 , quando apropriados, aceitando como nível de significância ($p < 0,05$).

3.11. Aspectos éticos legais

O presente estudo foi analisado e aprovado pelo Comitê de Pesquisa Médica Humana e Animal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, sob o protocolo nº 058/2009 (Anexo I).

4. RESULTADOS

Foram analisados os dados de seis instituições de ensino e de 79 professores que trabalham nas referidas instituições. Para a análise, se considerou os dados gerais, os quais foram seccionados por natureza da instituição, municipal e estadual.

4.1. Caracterização das instituições de ensino

O Quadro 1 mostra a natureza das seis instituições públicas de ensino, sendo que duas são estaduais e quatro municipais. Duas oferecem ensino fundamental e ensino médio e quatro apenas ensino fundamental. Ainda, as instituições municipais, no período noturno, desenvolvem o projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quadro 1 – Caracterização das instituições de ensino. Região Leste, Goiânia, 2010

Instituição	Natureza	Nível	Nº professores (3 turnos)	Nº alunos matriculados
I, III, IV, V	Municipal	Fundamental	75	1225
II, VI	Estadual	Fundamental e médio	121	1146
TOTAL			208	2371

Foi realizada uma leitura minuciosa dos PPP das instituições, observando a descrição dos conteúdos referentes à temática sexualidade como tema transversal.

O Quadro a seguir apresenta a relação das instituições de ensino que trabalham a temática sexualidade. Verificou-se que cinco das seis instituições pesquisadas possuem o PPP atualizado e com a presença da temática.

A leitura realizada nos projetos pedagógicos mostrou que o tema sexualidade está implícito em alguns projetos e conteúdos de disciplinas, mas não é

descrito de forma explícita como transversal, ou seja, em todas as áreas do conhecimento, conforme informações de alguns diretores.

Três instituições não contemplam a temática nos PPP de forma transversal, porém é abordada por parte dos professores na área das ciências biológicas. O PPP de uma instituição não estava atualizado e duas instituições apresentaram descrição de conteúdos envolvendo a temática nas diferentes áreas do conhecimento.

Quadro 2 – Relação das instituições de ensino por presença da temática sexualidade no PPP. Informações dos diretores. Região Leste, Goiânia, 2010

IE	PPP (Construção anual)	PPP atualizado e presença da temática	Descrição da temática no PPP	Área
I	SIM	NÃO	“Conhecer, compreender e cuidar do próprio corpo” “Informar sobre o uso de preservativos, contracepção e a prevenção de DST e a gravidez indesejada”.	Biológicas
II	SIM	SIM	“Promover o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas; Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, adotando hábitos saudáveis; Estudos sobre homossexualidade nos primeiros anos...”	Diferentes áreas
III	SIM	SIM	“Saúde, cuidados com o corpo”.	Diferentes áreas
IV	SIM	SIM	“Saúde, higiene, prevenção de DST...”.	Biológicas
V	SIM	SIM	“Saúde Coletiva - realizado com o ciclo III, aborda os temas: Sexualidade; métodos contraceptivos e higiene pessoal...”; “Estabelecer relações entre o uso de preservativos, a contracepção e a prevenção das DST, valorizando o sexo seguro e a gravidez planejada...”	Todas as áreas
VI	SIM	SIM	O PPP no foi atualizado este ano	Biológicas

O Quadro 3 agrupa informações sobre o incentivo à temática sexualidade. Os diretores de cinco instituições disponibilizam recursos didáticos como Internet, livros e álbum seriado do corpo humano. Não existe uma política de capacitação permanente organizada sobre a temática na rede educacional. Na opinião dos diretores, poucos cursos foram ofertados até então. Sendo estes oferecidos pela parceria - Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal de Goiás. E ainda não considerando as necessidades dos professores.

Quadro 3 – Relação das instituições de ensino e incentivo à temática sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010

IE	Recursos didáticos	Recursos disponíveis	Política de capacitação	Órgão capacitador
I	SIM	Internet; vídeos; livros; álbum seriado do corpo humano	Houve (há mais de dois anos)	SME, UFG
II	SIM	Internet; livros; esqueleto e álbum do corpo humano	Não participam	MS; UFG
III	SIM	Biblioteca	Anual	SME
IV	SIM	Internet; biblioteca; outros recursos didáticos	Anual	SME
V	SIM	Biblioteca	Fora do horário de trabalho	SME
VI	Não	-	Não existe	-

4.2. Caracterização da população de professores

Na Tabela 1 são evidenciadas as características sócio-demográficas dos professores. A maioria possui menos que 35 anos de idade (50,6%), são do sexo feminino (68,4%) e masculino (31,6%), casados (40,5%) e solteiros (34,2%).

Tabela 1. Características sócio-demográficas dos professores (N=79). Região Leste, Goiânia, 2010

Variável	N	%
Idade (media:37,2; dp:11; moda:24; mediana:33,5 - 20-66)		
≤35anos	40	50,6
>35 anos	36	45,6
Não respondeu	03	3,8
Sexo		
Feminino	54	68,4
Masculino	25	31,6
Situação conjugal		
Solteiro	27	34,2
Casado	32	40,5
União estável	05	6,3
Divorciado	09	11,4
Viúvo	04	5,1
Não respondeu	02	2,5

As características profissionais da população estudada (Tabela 2) mostraram que 64,6% dos professores pertenciam à rede estadual de ensino; 46,8% tem licenciatura, 41,8% informaram ter especialização na área da educação e 7,6% são mestres. A maioria tinha mais de 10 anos de profissão, sendo que 17,7% na instituição pesquisada.

Em relação à área de formação destacou-se a maior prevalência de professores das ciências humanas (32,9%) enquanto que ciências biológicas e da saúde constituíram 21,6% do quadro docente. A maioria dos professores cumpre carga horária semanal maior que trinta horas.

Tabela 2. Características profissionais dos professores (N=79). Região Leste, Goiânia, 2010

Variável	N	%
Instituição de ensino		
Municipal	28	35,4
Estadual	51	64,6
Formação acadêmica		
Bacharelado	03	3,8
Licenciatura	37	46,8
Especialização	33	41,8
Mestrado	06	7,6
Tempo de docência		
< 5 anos	12	15,2
5 – 10	25	31,7
> 10 anos	37	46,8
Não respondeu	05	6,3
Tempo de trabalho na instituição		
< 5 anos	39	49,4
5 – 10	24	30,4
> 10 anos	14	17,7
Não respondeu	02	2,5
Área de formação		
Ciências Biológicas	10	12,7
Ciências Exatas	13	16,5
Ciências Humanas	26	32,9
Letras e artes	19	24,0
Ciências da Saúde	07	8,9
Não respondeu	04	5,0
Carga horária semanal na docência		
<20 horas	08	10,1
21- 30 horas	28	35,4
>30 horas	41	51,9
Não respondeu	02	2,6

A Tabela 3 apresenta as características profissionais referentes à formação e experiência na área da sexualidade. Professores sem formação nessa área foi mais expressiva. Em relação à experiência em sexualidade na prática educacional referiram não possuir 39,3% e 27,4% respectivamente em instituições municipais e estaduais.

Tabela 3 – Informações referentes à formação e experiência dos professores na área da sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010

Características	Municipal		Estadual		χ^2	P
	n/total*	%	n/total	%		
Formação em sexualidade ^(a)						
Sim	04/28	14,3	05/51	9,8	0,05*	0,81
Não	21/28	75,0	44/51	86,3	0,90*	0,34
Experiência na temática sexualidade						
Sim	04/28	14,3	03/51	5,9	0,71*	0,40
Não	11/28	39,3	14/51	27,4	1,17	0,27

(a) excluídos os sem informação; * Qui-quadrado e Yates corrigido

A Tabela 4 mostra informações referentes à prática da temática sexualidade no ambiente escolar. 62,2% dos professores entendem que a idade adequada para iniciação da abordagem da temática sexualidade é na infância, e 78,5% atribuem a abordagem do tema apenas às disciplinas de biologia ou ciências, mas outras áreas, como matemática (5,1%) e geografia (7,6%) também foram citadas, embora em menor proporção.

O responsável principal pela educação sexual é a mãe (86,1%), seguido pelo pai (63,3%) e apenas 13,9% entendem que o professor também é responsável por este assunto.

Tabela 4 – Informações referentes à prática da temática sexualidade no ambiente escolar. Região Leste, Goiânia, 2010

Características	N	%
Idade adequada para abordagem da temática sexualidade		
< 12 anos	49	62,2
> 12 anos	16	20,2
De acordo com a necessidade	10	12,6
Não respondeu	04	5,0
Disciplinas que devem abordar a temática		
Biologia	62	78,5
Educação física	15	20,0
Português	11	13,9
Historia	08	10,1
Geografia	06	7,6
Língua estrangeira	04	5,1
Matemática	04	5,1
Responsáveis pela temática sexualidade		
Mãe	68	86,1
Pai	50	63,3
Professores	11	13,9
Profissionais de saúde	10	12,6
Amigos	07	8,9
Outros familiares	07	8,9
Religiosos	06	7,6
Outros	11	13,9

A Tabela 5 mostra as características das dificuldades e necessidades dos professores no ambiente escolar. Em torno de 18% e 30% referiram dificuldade em abordar o tema e 42,9% e 30,6% se sentem preparados tecnicamente, nas instituições municipais e estaduais respectivamente.

Os temas citados para as capacitações foram prevenção de DST, conceitos das DST e gravidez, sendo a gravidez menos apontada por professores da rede municipal, havendo diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$).

Tabela 5 – Caracterização das dificuldades e necessidades dos professores na abordagem da temática sexualidade. Região Leste, Goiânia, 2010.

Características	Municipal		Estadual		χ^2	P
	n/total*	%	n/total	%		
Dificuldade na abordagem	5/27	18,5	15/50	30,0	1,20	0,27
Preparo técnico na temática	12/28	42,9	15/49	30,6	1,20	0,28
Temas para capacitação						
Prevenção de DST	14/28	50,0	35/51	68,6	2,70	0,10
DST	14/28	50,0	34/51	66,7	2,10	0,15
Gravidez	10/28	35,7	31/51	60,8	4,50	0,03
Sexualidade	15/28	53,6	30/51	58,8	0,30	0,65
Métodos contraceptivos	08/28	28,6	25/51	49,0	3,10	0,08
Diversidade sexual	11/28	39,3	17/51	33,3	0,30	0,60

* o denominador reflete as respostas válidas

A Tabela 6 mostra a caracterização das práticas pedagógicas dos professores. Quando questionados sobre a realização frequente de algum trabalho na área da sexualidade, 42,3% dos professores das instituições municipais e 22,9% das instituições estaduais afirmaram fazê-lo. Quanto aos temas trabalhados, a gravidez foi o tema menos discutido no ambiente escolar. Trabalhos em grupo e oficinas foram apontadas como metodologias menos utilizadas pelos professores.

Tabela 6 - Características das práticas pedagógicas dos professores. Região Leste, Goiânia, 2010

Características	Municipal		Estadual		χ^2	p
	n/total	%	n/total	%		
Trabalhos sobre sexualidade	11/26	42,3	11/48	22,9	3,04	0,08
Temas trabalhados						
Prevenção de DST	13/28	46,4	20/51	39,2	0,39	0,53
Sexualidade	12/28	42,8	14/51	27,5	1,94	0,16
Gravidez	10/28	35,7	08/51	15,7	4,20	0,04
Aids /DST	12/28	42,8	12/51	23,5	3,19	0,07
Metodologias utilizadas						
Aula expositiva	10/28	35,7	18/51	35,3	0,0	0,97
Trabalhos em grupos	01/28	3,6	12/51	23,5	3,89	0,05
Oficinas	03/28	10,7	04/51	7,8	0,0	0,99
Leituras de textos	15/28	53,6	17/51	33,3	3,07	0,08
Sensibilização com os pais de alunos	09/27	33,3	08/49	16,3	2,90	0,09
Temas importantes						
Prevenção de DST	24/28	85,7	42/51	82,4	0,0	0,94
DST	23/28	82,1	37/51	72,5	0,91	0,34
Gravidez	23/28	82,1	37/51	72,5	0,91	0,34
Sexualidade	21/28	75,0	30/51	58,8	2,10	0,15
Métodos contraceptivos	22/28	78,6	30/51	58,8	3,13	0,07
Diversidade sexual	18/28	64,3	27/51	52,9	0,95	0,33

* o denominador reflete as respostas válidas

A caracterização dos alunos em relação a temática sexualidade, na opinião dos professores está descrita na Tabela 7. Quase a totalidade dos professores das redes municipal e estadual informou sobre o interesse dos alunos sobre a temática. Sobre a prevenção e DST 80,0% e 52,2% dos professores das redes municipal e estadual, respectivamente, informaram que os alunos já conhecem esses temas. Quando perguntados sobre história de DST 21,4% e 22,4% dos professores já tiveram alunos com história pregressa. Sobre história de gravidez 71,4% e 92,1% dos professores citou casos de alunas grávidas, rede municipal e estadual respectivamente.

Tabela 7 – Caracterização dos alunos, segundo os professores. Região Leste, Goiânia-GO, 2010

Características	Municipal		Estadual		χ^2	p
	n/total	%	n/total	%		
Interesse pela temática sexualidade	28/28	100,0	48/50	96,0	-	-
Conhecimento sobre prevenção e DST	20/25	80,0	23/44	52,2	5,20	0,02
História de DST	06/28	21,4	11/49	22,4	0,01	0,91
História de gravidez	20/28	71,4	47/51	92,1	4,50	0,03

* o denominador reflete as respostas válidas

A Tabela 8 mostra dados sobre o PPP e recursos didáticos disponibilizados aos professores. A maioria informou que há construção anual e presença da temática no PPP. Os recursos de data-show e textos foram citados como menos utilizados e disponibilizados aos professores das instituições municipais e estaduais respectivamente.

Tabela 8 – Informações dos professores sobre as características das instituições de ensino. Região Leste, Goiânia, 2010

Características	Municipal		Estadual		χ^2	p
	n/total	%	n/total	%		
Construção anual do PPP	23/28	82,1	38/51	74,5	0,60	0,43
Presença da temática sexualidade no PPP						
Sim	22/28	78,6	26/51	51,0	5,77	0,01
Não	00	00	07	13,7	--	--
Recursos didáticos disponibilizados						
Internet	10/28	35,7	18/51	35,3	0,0	0,97
Data-show	01/28	3,6	12/51	23,5	3,89	0,05
Textos	03/28	10,7	04/51	7,8	0,0	0,99
Materiais educativos	15/28	53,6	17/51	33,3	3,07	0,08

5. DISCUSSÃO

Este estudo objetivou realizar um diagnóstico situacional da temática sexualidade em instituições públicas de ensino da Região Leste do município de Goiânia, Goiás.

Para efetivar a investigação proposta, as instituições de ensino foram caracterizadas quanto sua natureza, número de professores, número de alunos e informações sobre a temática sexualidade no PPP. Também foi possível caracterizar os dados dos professores em relação ao perfil sócio-demográfico e profissional, as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, formação, experiência, dificuldades e necessidades na área da sexualidade.

No que se refere à investigação da temática sexualidade durante a condução das entrevistas realizadas com o diretor e/ou coordenador pedagógico, ressalta-se a grande colaboração e interesse dos gestores, os quais consideraram a importância da parceria entre saúde e educação.

As instituições de ensino participantes neste estudo foram 4 da rede municipal e 2 da rede estadual. Estas instituições recebem anualmente um quantitativo expressivo de alunos, tanto da região quanto dos municípios circunvizinhos, totalizando 2371 alunos matriculados nas seis instituições pesquisadas no ano de 2009, distribuídos nos três turnos.

A população jovem está propensa a situações de vulnerabilidades que podem modificar suas vidas e definir seus futuros. Assim o fenômeno da sexualidade, incluindo as DST/HIV/AIDS e gravidez, problemáticas ainda bastante comuns nas instituições escolares brasileiras.

Para Bueno (1998) e Montardo (2008) a sexualidade no contexto escolar é tema de grande interesse e impacto para os jovens, além de ser reconhecido como assunto emergente e de grande importância devendo ser incorporado nos currículos de 1º e 2º graus das instituições de ensino.

A instituição de ensino também para Altmann (2007) é reconhecida como um importante equipamento social que trabalha com um número expressivo de

jovens tornando-se espaço físico adequado para realização de trabalhos na área comportamental, em especial sobre educação em sexualidade.

Uma das diretrizes do PCN é amparar a formação básica subsidiando as instituições de ensino a trabalhar temas transversais no ambiente escolar. As recomendações dos parâmetros curriculares sugerem que os educadores trabalhem na perspectiva da interdisciplinaridade e de forma transversal, ou seja, articulando conteúdos nas diversas disciplinas curriculares em todas as áreas do conhecimento, humanas, exatas e biológicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

A realidade encontrada nas instituições pesquisadas, referente a sexualidade como tema transversal, confirma resultados do estudo de Pacheco e Pereira (2007) sobre divergências de discursos dos gestores com as propostas descritas nos PPP. Da mesma forma, Malheiro (2005) fez referência ao processo de autonomia das instituições, as quais realizam ações de acordo com a realidade e às vezes não coincidentes com descrições dos PPP das instituições. Também estudos de Nunes e Silva (2000) mostraram que os temas transversais não são disciplinas comuns da grade curricular e sim conteúdos ou abordagens dentro das disciplinas oficiais a serem trabalhados de acordo com as necessidades da realidade local.

A temática sexualidade já citada como transversal e necessária para a formação dos alunos, conforme recomenda o PCN (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998), foi apontada por três diretores como trabalhadas apenas nas disciplinas de biologia e ciências. Outros dois diretores afirmaram que somente parte dos professores trabalha com a temática, em particular, nas de ensino religioso e disciplina de biologia. Apenas um diretor relatou que o tema não é trabalhado na escola, mesmo preconizado pelo PCN.

Conteúdos sobre sexualidade apresentados nos PPP das instituições pesquisadas estavam vinculados às disciplinas das áreas das ciências biológicas, limitando-se a estudos e conhecimento do corpo humano. Foi apresentado que parte das instituições contempla a temática nos PPP, contrariando, portanto recomendações do nível nacional. Esse fato sinaliza que o tema não está sendo trabalhado transversalmente e ainda limitado à área das ciências biológicas (SOUZA, 2007; RAMIRO E MATOS, 2008).

Apesar de a maioria dos professores relatarem a presença da temática sexualidade no PPP, houve uma diferença significativa entre as opiniões dos professores das redes municipal e estadual (78,6%; 51,0%; $p = 0,01$). Em oposição,

os resultados encontrados no presente estudo, por meio da análise do PPP da instituição estão compatíveis com aqueles apontados pelo Censo Escolar realizado em 2005 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007a), que objetivou conhecer se a temática sexualidade está contemplada nos PPP das grandes instituições públicas de ensino do país. Estes resultados mostraram que a maioria realiza alguma atividade que contemple ações de prevenção às DST/AIDS, sexualidade e gravidez no ambiente escolar, porém não existe uma política organizada dentro das instituições.

Ressalta-se que uma instituição estadual que aderiu a proposta de inclusão da sexualidade como tema transversal em seus conteúdos disciplinares, participou de uma pesquisa modalidade pesquisa-ação realizada com os referidos professores em 2007, obtendo resultados positivos em trabalhos posteriores (SOUZA et al, 2010).

Em relação ao incentivo quanto o trabalho na temática pelos professores foi observado que a sexualidade ainda não foi incorporado com a devida importância e compromisso social de todos da instituição, possivelmente por fatores apontados em alguns estudos como valores morais, formação dos professores, insegurança por se tratar de temas delicados, motivação, sobrecarga e excesso de atividades (SILVA E MEGID NETO, 2006; DINIZ, ASINELLI-LUZ, 2007; SILVA et al, 2009), além da falta de apoio didático pedagógico para realização de trabalhos dessa natureza e preparo técnico dos professores (SOUZA, 2007; SOUZA et al, 2008; ALMEIDA et al, 2009, SOUZA et al, 2010).

Foi observado nos dados sócio-demográficos dos professores investigados, que uma parte considerável é jovem, casada, possui filhos e com carga horária elevada de trabalho.

Quase a metade dos professores entrevistados tem especialização, o que caracteriza um bom nível de escolaridade e qualificação. No entanto foi observado que a maioria dos professores não possui formação e experiência na temática sexualidade. Isso mostra a importância de incentivo à educação permanente.

O estudo de Levy, Nunes, Souza (2009) mostrou a desvalorização profissional, jornada excessiva de trabalho, baixos salários e políticas educacionais precárias como fatores agravantes ao desempenho da função do professor da rede pública de ensino, o que geralmente pode resultar em falta de motivação e insatisfação com suas atividades, julgando-se incapazes de cumprir suas funções com qualidade (TIBÚRCIO, MORENO, 2009).

Sobre a política de incentivo e educação permanente para os professores, foi identificado que poucas instituições são contempladas com cursos de capacitação. Essa realidade mostra a fragilidade da política vigente sobre o assunto e são sustentados nos estudos de Silva e Megid Neto (2006) e Souza et al (2010) sobre a importância de políticas de educação permanente como ferramenta motivadora para os professores.

Quando perguntado sobre a idade adequada para início da abordagem da temática sexualidade, a maioria dos professores entende que deve-se iniciar na pré-adolescência, antes dos 12 anos. Alguns estudos mostram que conteúdos relativos à sexualidade em especial relacionados a agravos preveníveis como DST/HIVAIDS, devem estar presentes nas grades curriculares da educação infantil (BLEAKLEY, HENNESSY, FISHBEIN, 2006; DEVEAUX et al, 2007).

Os pais foram apontados pelos professores como os principais responsáveis no trabalho da temática sexualidade, sendo a mãe (86,1%) e o pai (63,3%). A participação dos pais no cotidiano dos filhos é de extrema importância e a base do núcleo familiar, além de proporcionar segurança aos professores na abordagem de temas como sexualidade.

Para Roche, Ellen, Astone (2005), Matos et al (2009) a amizade mútua assim como o respeito e a confiabilidade são fortalecidas nas relações diárias. Estudos de Sousa, Fernandes, Barroso (2006) mostrou que muitas famílias sentem-se despreparadas para atender as necessidades e exigências dos filhos por se acharem incapazes intelectual e emocionalmente para direcionar, conduzir, orientar e informar com qualidade, principalmente assuntos de ordem comportamental como a sexualidade.

Parte dos professores relatou dificuldades e preparo técnico na abordagem da sexualidade e assim sugeriram temas para sua capacitação.

A temática gravidez prevaleceu nas solicitações dos professores da rede estadual (60,8%) vs. (35,7%) da rede municipal, ($p=0,03$), havendo diferença estatisticamente significativa. Este fato sugere que os professores da rede estadual podem estar mais preocupados com esta vulnerabilidade, talvez por terem tido mais experiências com alunas grávidas que os outros além de que as alunas sentem-se seguras e tem liberdade em falar sobre suas situações com seu professor. Nos estudos de Reis, Vilar (2004) e Jardim, Brêtas (2006) os professores demonstram-se

abertos e disponíveis para falar sobre assuntos delicados e em especial, sobre sexualidade com seus alunos.

Quanto aos métodos de abordagem utilizados pelos professores, leituras de textos e aula expositiva foram as mais citadas e as menos utilizadas foram trabalhos em grupo e oficinas. Os professores da rede municipal (3,6%) e (23,5%) da rede estadual ($p=0,05$) utilizam pouco a metodologia de trabalhos em grupos. Havendo, portanto diferença estatisticamente significativa.

É indispensável o uso de metodologias inovadoras, modernas e motivadoras para abordagens de conteúdos comportamentais, como a sexualidade em público jovem. Portanto ferramentas e tecnologias adequadas para trabalhar a informação podem promover uma educação com mais qualidade e ao mesmo tempo promove o desenvolvimento pessoal, a socialização de informações podendo favorecer o exercício da cidadania (CARVAJAL, 2001; GUBERT et al, 2009; DECLARAÇÃO DE LISBOA, 2009; BAHIA, TRINDADE, 2010).

Muitos professores indicaram a prevenção, DST, gravidez precoce, sexualidade, métodos contraceptivos e diversidade sexual como temáticas importantes para os alunos. Porém, os métodos contraceptivos foram menos referidos por professores da rede estadual, ressaltando a importância do trabalho deste conteúdo com os alunos por estarem na fase da adolescência e muitas vezes no início das atividades sexuais.

Esse achado aponta para a necessidade urgente de se trabalhar esta temática com os alunos, principalmente pela faixa etária e situações de vulnerabilidade que os jovens estão expostos.

Os métodos contraceptivos, em especial os de barreira são indispensáveis para prevenir situações de gravidez e doenças e precisam ser trabalhados de forma sistemática e contínua com os alunos, uma vez que a informação repassada poucas vezes pode não provocar mudanças de atitudes (REIS, VILAR, 2004). É necessário favorecer o processo educativo mediante a conexão entre informação, discussão, reflexão, interação e participação grupal, em que o público jovem possa esclarecer suas dúvidas, preencher lacunas do conhecimento em relação a questões como sexualidade e prevenção de DST/AIDS e interagir consigo e com o grupo (BARBOSA et al, 2010).

Também foi encontrado que mais alunas da rede estadual já ficaram grávidas, segundo os professores (92,1%). Esta ocorrência, de acordo com alguns

estudos pode estar associada a vários fatores como a idade dos alunos da rede estadual coincidente com a idade fértil, início precoce da atividade sexual, o não uso de métodos contraceptivos regularmente e a não assimilação de informações aos métodos de barreira (BORGES, NICHATA, SCHOR, 2006; CAMARGO, BOTELHO, 2007; PAIVA, ARANHA, BASTOS, 2008; BARBOSA et al, 2010).

Foi identificado nesta investigação que 100% dos alunos apresentaram-se interessados na temática sexualidade. Os professores devem aproveitar este interesse e apresentar conteúdos especialmente referentes à questões comportamentais. Um estudo de Song, Halpern- Felsher (2010) mostrou que alunos na fase da pré-adolescência já estão iniciando suas atividades sexual. Isso mostra o quanto é importante a participação ativa do professor com trabalhos reflexivos em salas de aula e baseados em evidências. No entanto, trabalhar essa temática sinaliza desafios a todos os envolvidos, devendo contar com apoio de profissionais especialistas (MEYER, KLEIN, ANDRADE, 2007).

História de DST também foi referida pelos professores das duas redes de ensino, embora em proporções menores, mostrando que o aluno pode estar em situação de vulnerabilidade e assim socializam o problema com o professor, que em muitas situações é o principal confidente e conselheiro.

Neste trabalho ficou evidenciado a importância de instrumentalizar e despertar o grupo de professores para o desafio de implementar o SPE (MINISTÉRIO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO, 2006a), além de ter realizado atividades de educação permanente como suporte para lidar com as situações rotineiras e necessárias para a prática. Trabalhou-se então, temas importantes como casos de gravidez na escola, homossexualidade juvenil, homofobia, exploração sexual juvenil, dentre outros, temáticas também encontradas em outros estudos (JARDIM, BRÊTAS, 2006; CAMARGO, BOTELHO, 2007; SOUZA, 2007; SOUZA et al, 2010).

É importante a participação de todos em estudos na área da sexualidade. Algumas pesquisas mostraram que programas de educação sexual se tornam frágeis quando não há o envolvimento do jovem, conforme recomendação do PCN, com a proposta do protagonismo juvenil. Esse envolvimento favorece melhores discussões na temática podendo diminuir situações predisponentes a comportamentos inseguros como aquisições de doenças de transmissão sexual e gravidez (MARQUES et al, 2006; ROMERO et al, 2007; GUBERT et al, 2009).

Os programas de educação sexual quando existentes nas instituições de ensino são remediados e não prioriza o enfoque preventivo, não transformando a informação em comportamento preventivo (PECORARI, CARDOSO, FIGUEIREDO, 2005).

No entanto, para que sejam implementadas ações educativas de forma transversal é absolutamente necessário que professores sintam-se informados, motivados e seguros para este trabalho, sendo o professor reconhecido também como um grande mobilizador e guia para seus alunos (WHO, 1999).

Se os programas direcionados a saúde do escolar, como SPE/PSE, pretendem promover resolutividade, não é possível desenvolvê-los sem que o professor tenha capacitação técnico-científica. Existem diferenças imensuráveis na forma de abordar o tema, pois há de se considerar tanto a formação acadêmica quanto a disponibilidade pessoal de cada um. Todo professor traz a sua concepção, tabus e experiências na área da sexualidade, e isso pode interferir na condução de trabalhos com os alunos (DINIZ, ASINELLI-LUZ, 2007). Exigir a abordagem do tema de forma transversal apenas com as experiências do senso comum, seria ineficaz e improdutivo.

Ao investigar sobre a disponibilidade de materiais para o trabalho na temática, poucas instituições contam com Internet, biblioteca e recursos didáticos, álbuns seriado e esqueleto humano para o desempenho das atividades. Foi citado que alguns materiais se apresentam em condições precárias ou em desuso, dificultando, portanto, o interesse e a motivação dos alunos. Nesse sentido, estudos confirmam a necessidade de renovação e disponibilização de materiais educativos específicos nas instituições de ensino (FERNANDES, ROCHA, SOUZA, 2005; JARDIM e BRETAS 2006; SOUZA et al, 2008), por ser um fator dificultador na abordagem à temática sexualidade.

Estudo de Jardim e Brêtas (2006) mostrou grande dificuldade por parte das instituições de ensino para inserção de novas práticas em educação sexual, tendo como principal justificativa a carência de recurso material e pessoal capacitado. Assim ações educativas que esteja baseada em propostas em que o aluno é passivo no processo de aprendizado nem sempre são eficientes, o que exige dos professores preparo para lidar com questões pessoais como, por exemplo, os mitos e preconceitos ainda bastante arraigados na nossa cultura (PECORARI, CARDOSO, FIGUEIREDO, 2005; SOUZA et al, 2008).

Barreto, Araújo, Pereira (2009), alertam sobre a importância da intervenção das instituições de ensino no rompimento de situações de vulnerabilidades. Cabe aqui ressaltar que o processo de socialização na infância e na adolescência é fundamental na construção da identidade e as instituições de ensino tem grande responsabilidade no processo de formação de cidadãos sociáveis e participativos.

Assim, ações como educação permanente envolvendo toda comunidade escolar, projetos governamentais e parcerias eficazes, especialmente com a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Instituição Ensino Superior (IES) são importantes para a efetivação e êxito na área da sexualidade.

Este estudo apontou para perspectivas futuras no sentido de conhecer também sobre as necessidades dos alunos.

6. CONCLUSÃO

- Participaram da pesquisa 79 professores de seis instituições públicas de ensino, sendo duas estaduais e quatro municipais.
- A metade (50%) dos professores possui menos que 35 anos de idade; 68,4% são do sexo feminino e 40,5% são casados.
- A maioria relatou não possuir formação e experiência na temática sexualidade.
- Quase todos os PPP estão atualizados e a temática sexualidade contemplada, mas não de forma transversal e a maioria dos conteúdos ainda são trabalhados nas disciplinas de ciências e biologia.
- Não existe um trabalho de sensibilização com os pais sobre a temática sexualidade.
- Os recursos mais disponibilizados aos professores foram materiais educativos (rede municipal) e internet (rede estadual).
- O método da aula expositiva e leitura de textos foram as mais utilizadas.
- Na rede estadual de ensino há uma maior capacitação profissional dos professores. A maioria tem licenciatura e PG *latu sensu*; possuem de 5 a 10 anos de docência; atuam na área das ciências humanas e trabalham 30 horas semanais.
- A gravidez foi apontada como tema de grande interesse para educação permanente ($P=0,03$) e menos discutida com os alunos ($P=0,04$).
- Houve uma maior prevalência de casos de gravidez entre alunas da rede estadual, de acordo com os professores ($P=0,03$).
- Na opinião dos professores, praticamente todos os alunos tem interesse na temática sexualidade e os da rede municipal conhecem mais sobre prevenção e DST ($P=0,02$).
- A temática sexualidade não está explícita nos PPP ($P=0,01$).
- Não existe uma política de incentivo a educação permanente sobre a temática sexualidade na rede de ensino da região pesquisada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, observou a importância de promover educação continuada para os professores desta região, assim como necessidade de investimentos para educação permanente com professores de outras regiões do município e estado.

O desenvolvimento desta investigação possibilitou fortalecimento das parcerias entre organizações governamentais, por meio das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Saúde e Instituição de Ensino Superior, além do compromisso de continuidade de programas governamentais, SPE e PSE.

A partir do diagnóstico, foi realizado o I Curso de Capacitação em Educação Sexual no Contexto Escolar para este grupo de professores e aquisição de kits educativos (Saúde reprodutiva, Educação sexual), entregues nas UABSF, áreas adstritas às instituições de ensino desta pesquisa.

O curso de capacitação desenvolvido durante a pesquisa contribuiu para a sensibilização e instrumentalização dos professores para o desenvolvimento posterior de ações diversas na área da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- Abramovay M, Castro MG, Silva LB. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO. 2004.
- Acioli S. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. *Rev Bras Enferm.* 2008;61(1):117-21.
- Alencar RA, Silva L, Silva FA, Diniz RES. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. *Ciência & educação.* 2008;14(1):159-168.
- Almeida ACCH, Centa ML. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. *Acta Paul. Enferm.* 2009;22(1):71-76.
- Altmann H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educação em Revista.* 2007;46: 287-310.
- Altmann H. Pedagogias da sexualidade e do gênero: educação sexual em uma escola [thesis]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação PUC/Rio; 2005. 226p. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqttese=0114341_05_Indice.html>. Acesso em: 25/5/2009.
- Andrade HHSM, Melo MB, Sousa MH, Makuch MY, Bertoni N, Faúndes A. Mudanças no comportamento sexual de adolescentes de escolas públicas no Brasil após um programa de educação sexual. *Cad. Saúde Pública.* 2009;25(5):1168-1176.
- Arendt, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: ed. perspectiva, 1972.
- Bahia S, Trindade JP. O potencial das tecnologias educativas na promoção da inclusão: três exemplos. *Educação, Formação & Tecnologias.* 2010;3(1):96-110. [cited 2010 nov 13]
Available from: <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/viewFile/128/96>
- Barbosa SM, Dias FLA, Pinheiro AKB, Pinheiro PNC, Vieira NSC. Jogo educativo como estratégia de educação em saúde para adolescentes na prevenção às DST/AIDS. *Rev. Eletr. Enf. [Internet].* 2010;12(2):337-41.[cited 2010 nov 13]
Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n2/v12n2a17.htm>.
- Barreto A, Araujo L, Pereira ME. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. [cited 2010 nov 13]
Available from:
[http://www.clam.org.br/gde/publicacoes/GDE_VOL2_final%20\(08.2009\).pdf](http://www.clam.org.br/gde/publicacoes/GDE_VOL2_final%20(08.2009).pdf)

Bleakley A, Hennessy M, Fishbein M. Public Opinion on Sex Education in US Schools. *Arch Pediatr Adolesc Med.* 2006;(160):1151-1156.

Borges ALV, Nichiata LYI, Schor N. Conversando sobre sexo: a rede sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. *Rev Latino-Am. de Enfermagem.* 2006;14(3):422-7.

Bueno SMV. Marco conceitual e referencial teórico de educação para saúde. Orientação à prevenção de DST/Aids e drogas no Brasil para crianças, adolescentes e adulto jovem. Brasília: Ministério da Saúde; 1998.

Camargo BV, Botelho LJ. Aids, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção contra HIV. *Rev. Saúde Públ.* 2007;41(1):61-68.

Campo-Arias A, Ceballo GA, Herazo E. Prevalence of Pattern of Risky Behaviors for Reproductive and Sexual Health Among Middle- and High-School Students. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 2010; 18(2):170-4.

Cano MAT, Ferriani MCG. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev Latino-Am. Enfermagem,* 2000, 8(2): 18-24.

Cano MAT, Silva, GB. Detecção de problemas visuais e auditivos de escolares em Ribeirão Preto: estudo comparativo por nível sócioeconômico. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* 1994, 2(1): 57-68.

Carta de Ottawa. Primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Ottawa, novembro de 1986. Disponível em:
<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>. Acessado em 20 de Outubro de 2010.

Carvajal G. Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência. 2st ed. São Paulo: Cortez; 2001.

Costa JF. In: Catonné JP. A sexualidade ontem e hoje. São Paulo: Cortez. Coleção questões de nossa época; v 40 p.7. 1994.

Dazzi MDB. Ensinando modos de ser uma adolescente...heterossexualmente prevenida. *Enseñanza de las ciencias.* 2005; número extra. VII congreso.

Declaração de Lisboa. Conferência Ibero-Americana de Educação. XI Conferencia Ibero-Americana de ministras,e ministros e altos responsáveis pela infância e adolescência. Portugal, Lisboa: 2009, [cited 2010 nov 13], Available from:
<http://www.segib.org/upload/DCLRMSINF09-P.pdf>

Deveaux L et al. Reduction in Human Immunodeficiency Virus Risk Among Youth in Developing Countries. *Arch Pediatr Adolesc Med.* 2007;161(12):1130-1139

Diniz N, Asinelli-Luz A. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. *Educar.* 2007;(30):77-87.

Egypto AC. O projeto de orientação sexual na escola. In: Egypto A.C (org). *Orientação na escola um projeto apaixonante*. São Paulo: Cortez; 2003. p.13-31.

Escobar EMA, Bercini LO, Silva MLMR. Enfermagem e saúde escolar. *Acta Paul. Enf.* 1991;4(1):17-22.

Fernandes MH, Rocha VM, Souza DB. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. [Internet]. 2005 [cited 2010 jan 12];12(2):283-91. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000200004&script=sci_arttext.

Ferriani MGC. *A inserção do enfermeiro na saúde escolar*. São Paulo: Universidade de São Paulo;1991.

Ferriani MGC, Candido GT. Percepções dos atores sociais sobre o atendimento prestado pelo laboratório óptico do programa de assistência primária de saúde escolar (proase) no município de ribeirão preto. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. [Internet]. 2001 [cited 2009 dez 03];9(6):42-8. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n6/7825.pdf>. Acesso em: 03 de Dezembro de 2009.

Ferriani MGC, Gomes R. *Saúde escolar: contradições e desafios*. Goiânia: AB; 1997.

Ferriani, MGC, Cano, MAT. Assistência de enfermagem ao escolar. *Rev. Paul. Enfermagem*. 1984; 4(4), p.138-140.

Figueiredo TAM, Machado VLT, Abreu MMS. A saúde na escola: um breve resgate histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2010;15(2):397-402.

Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25st ed. São Paulo: Paz e Terra; 1996.

Giddens A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. 2st ed. São Paulo: Editora UNESP; 1993.

Goldberg MAA. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. 2st ed. São Paulo: Cortez; 1984.

Gonçalves FD, Catrib AMF, Vieira NFC, Vieira LFES. Health promotion in primary school. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.* 2008;12(24):181-92.

Gubert FA, Santos ACL, Aragão KA, Pereira DCR, Vieira NFC, Pinheiro PNC. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2009 [cited 2009 dez 03];11(1):165-172. Available from : <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a21.htm>.

Iervolino AS, Pelicioni MCF. Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência. *Rev Bras Cresc Desenv Hum* 2005;15(2):99-110.

Jardim DP, Brêtas JRS. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Rev Bras Enferm* 2006;59(2):157-162.

Juarez F. Salud reproductiva de los jóvenes: teorías y evidencia. La fecundidad em condiciones de pobreza: uma visión internacional. C. Rabell and E. Zavala-de-cosio. México: Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 2002.

Keleges SM, Adler NE, Irwin CE. Sexually active adolescents and condoms: changes over one year in knowledge, attitudes and use. *American Journal of Public Health*. 1998; 78:460-461.

Klein CH, Block DV. Estudos Seccionais. In: Medronho RA et al. *Epidemiologia*. Ed. Atheneu, 2003. Cap 9. p 127.

Lei N. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da criança e do adolescente. *Diário Oficial da União (Brasília)*. 16 Jul 1990.

Leonello VM, L'abbate S. Educação em saúde na escola: uma abordagem do currículo e da percepção de alunos de graduação em pedagogia. *Interface (Botucatu)*. 2006;10(19):149-166.

Levy GCTM, Nunes Sobrinho FP, Souza CAA. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. *Produção*. 2009;19(3):458-465.

Machado MCG. Fontes e história das instituições escolares. In: Fontes, história e historiografia da educação. Ponta Grossa: Autores Associados, 2004, p. 65-81.

Malheiro J. Projeto Político-Pedagógico: Utopia ou Realidade?. *Ensaio: aval. pol. públ. educ*. 2005;13(46):79-104.

Marques ES, Mendes DA, Tornis NHM, Lopes CLR, Barbosa MA. O conhecimento dos escolares adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*, 2006 [cited 2009 dez 03];8(1):58-62. Available from: http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/original_07.htm.

Matos MG, Reis M, Ramiro MB, Berner E, Vázquez EG, Messias J, et al. Educação sexual em Portugal e em vários países da América Latina. *Psicología: Saúde & Doenças*. 2009;10(1),149-158.

Meyer DEE, Klein C, Andrade SS. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. *Educação em Revista*. 2007;(46):219-239.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental - temas transversais. Brasília (Brasil): MEC; 1998. [cited 2010 mar 20] Available from: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde um direito de adolescente. Brasília: MS, 2005. 60p.

Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Diretrizes para Implementação do projeto Saúde e prevenção nas escolas. Manual N. 77. Unesco/Unicef. Brasília, 2006a. [cited 2010 mar 20] Available from: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, Hepatites e outras DST. Cadernos de Atenção Básica nº 18. Brasília-DF, 2006b, 196p.

Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Censo Escolar 2005: levantamento das ações em DST/aids, saúde sexual e saúde reprodutiva e drogas. Brasília, 2007a. [cited 2010 mar 20] Available from: <http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments>.

Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, Julho, 2007b.

Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. Prevenir é sempre melhor. 1ª ed., Brasília. 2007c.

Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Resposta positiva. Brasília: 2008.

Ministério da Saúde e Ministério da Educação. PSE (Programa Saúde na Escola). Brasília: 2009.

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico-Aids e DST. Versão preliminar. Brasília: 2010a.

Ministério da Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural orientação sexual. Brasília, 1997. v.10, 164p.

Miranda KCL, Barroso MGT. Aconselhamento em HIV/AIDS: análise à luz de Paulo Freire. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2007;15(1):100-5.

Miranda MIF, Iossi MA, Ferriani MGC, Cano MAT. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre a saúde da criança e do adolescente em idade escolar. Rev Latino-Am. Enfermagem. 2000;8(6):83-90.

Mizukami MGN. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986, reedição em 2006.

Montardo, J. A escola e a educação sexual. La Salle. Revista de educação, ciência e cultura. 2008, 13(1), p.161-173.

Muñoz Sanchez AI, Bertolozzi MR. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? Cienc. Saude Colet. 2007;12(2):319-24.

Nascimento LCS, Lopes CM. Atividade sexual e doenças sexualmente transmissíveis em escolares do 2º grau de Rio Branco-Acre, Brasil. *Rev. Latino-Am. Enferm.* 2000;8(1):107-113.

Nichiata LYI, Bertolozzi MR, Takahashi RF, Fracolli LA. A utilização do conceito "vulnerabilidade" pela enfermagem. *Rev Latino-am Enfermagem.* 2008;16(5):923-8.

Nunes C, Silva E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: autores associados; 2000.

Paiva V, Aranha F, Bastos IB. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Rev Saúde Pública* 2008;42(Supl 1):54-64.

Parker RG. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Best Seller, 1991.

Portal do IBGE [Internet]. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR) [update 2008, cited 2010 mar 20] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, 2007. Available from: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/comentarios2007.pdf>.

Portal do IBGE [Internet]. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR) [update 2009 dez 18, cited 2010 mar 20]. Pesquisa Nacional de saúde do Escolar (PeNSE). Available from: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33735&janela=1
http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=10979.

Portal da Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. Brasil acelera redução de gravidez na adolescência. [cited 2010 mar 20] Available from: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11137.

Pacheco JÁ, Pereira N. Estudos curriculares: das teorias aos projectos de escola. *Educ. rev.* 2007;(45):197-221.

Pecorari EPD, Cardoso LRD, Figueiredo TFB. Orientação sexual em escolas de ensino fundamental: um estudo exploratório. *Cad. psicopedag.* 2005;5(9). [cited 2010 nov 13] Available from: http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492005000100002&lng=pt&nrm=iso.

Ramiro L, Matos MG. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Rev. Saúde Públ.* 2008;42(4):684-692.

Reis MH, Vilar D. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica.* 2004;4(12):737-745.

Ressel LB, Silva MJP da. Reflexões sobre a sexualidade velada no silêncio dos corpos. *Rev Esc Enferm USP*. 2001; 35(2):150-4.

Roche KM, Ellen J, Astone NM. Effects of Out-of-School Care on Sex Initiation Among Young Adolescents in Low-Income Central City Neighborhoods. *Arch Pediatr Adolesc Med*. 2005;(159):68-73.

Romero KT, Medeiros EHGR, Vitale MSS, Wehba J. O conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo. *Rev. Ass. Med. Bras*. 2007;53(1):14-9.

Ross D, Dick B, Ferguson J. Introduction and rationale. In: Ross D, Dick B, Ferguson J, editors. *Preventing HIV/AIDS In Young People: A Systematic Review of the evidence from Developing Countries*. Geneva: World Health Organization;2006. 1-10.

Rothman K, Greenland S, Lash TL. *Modern Epidemiology*. 3 ed. Philadelphia USA: Lippincott Williams, 2008.

Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde (SPAIS) subgerência de ações programáticas: área técnica saúde do adolescente. [cited 2008 abr 16]. Available from: <http://www.spais@saude.go.gov.br>

Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Aids – Perfil da doença muda no Estado. [Goiânia, 2010; cited 2010 jan 10]. Available from: <http://www.spais@saude.go.gov.br/index.php?idmateria=71333>.

Silva ALCA, Munari DB, Lima FV, Silva WO. Atividades grupais em saúde coletiva: características, possibilidades e limites. *Rev Enferm UERJ*. 2003;11(1):18-24.

Silva IO, Siqueira VHF, Rocha GWF. Educação sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. 2009;8(1):216-31.

Silva RCP, Megid Neto J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência & Educação*. 2006;12(2):185-197.

Singh, S, Darroch JE, Frost JJ. Socioeconomic disadvantage and adolescent women's sexual and reproductive behaviour: the case of five developed countries. *Fam Plann Perspect*. 2001;33(6):251-258.

Siston NA, Vargas LA. O enfermeiro na escola: práticas educativas na promoção da saúde dos escolares. *Enfermería Golbal*. 2007;(11):1-14.

Soares, SM, Amaral MA, Silva LB, Silva PAB. Oficinas sobre sexualidade na adolescência: revelando vozes, desvelando olhares de estudantes do ensino médio. *Esc Anna Nery Rev Enferm.* 2008;12(3):485-491.

Song AV, Halpern-Felsher BL. Predictive Relationship Between Adolescent Oral and Vaginal Sex - Results From a Prospective, Longitudinal Study. *Arch Pediatr Adolesc Med.* Published online November 1, 2010. doi:10.1001/archpediatrics.2010.214

Sousa LB, Fernandes JFP, Barroso MGT. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta paul. enferm.* 2006;19(4): 408-413.

Souza MM. Construindo a inclusão da temática educação sexual no Projeto Político Pedagógico de um Colégio Público de Goiânia-Goiás na perspectiva da pesquisa-ação [thesis]. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde – Convênio Rede Centro-Oeste (UnB/ UFG/UFMS), 2007. 183 p.

Souza MM, Del Rios NHA, Munari DB, Weirich CF. Orientação sexual: conhecimentos e necessidades escolares de Goiânia-GO. *Rev Eletr Enf.* [Internet]. 2008 [cited 2009 dez 03];10(2):460-471. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a17.htm>.

Souza MM, Munari DB, Souza SMB, Esperidião E, Medeiros M. Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação. *Cienc Cuid Saude.* 2010;9(1):91-98.

Suplicy M. *Conversando sobre sexo*. 17^a ed. Petrópolis: Edição da Autora, 1991. 407p.

Taquette SR, Vilhena MM. Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. *Psicologia em estudo.* 2008;13(01):105-114.

Tibúrcio A, Moreno CRC. Síndrome de burnout em professores do ensino médio de escolas pertencentes à gerência regional de educação e inovação do município de tubarão (sc). *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.* 2009;4(1), Artigo 3. [cited 2010 nov 13] Available from: http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/179_pdf.pdf

Torres TZG. Amostragem. In: Medronho et al. *Epidemiologia*. Cap. 20, p. 292. Ed Atheneu, 2003.

UNAIDS. AIDS epidemic update, World Health Organization. 2009a.

UNAIDS. Joint action for results: UNAIDS outcome framework 2009–2011. Geneva: 2009b.

UNAIDS. Sex and youth: contextual factors affecting risk for HIV. Geneva:1999.

UNAIDS. Young people and HIV/AIDS – opportunity in crisis. New York: 2002.

UNESCO. AIDS: O que pensam os jovens. Brasília: UNESCO, 2002.

UNICEF. A Voz dos Adolescentes. Pesquisa a Voz dos Adolescentes. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Genebra: 2002.

World Health Organization. World health statistics 2008.

WHO. Tobacco use prevention: an important entry point for the development of Health Promoting Schools. Geneva: World Health Organization, UNESCO, 1999 [cited 2010 out 20]. Available from:
<http://www.schoolsandhealth.org/Documents/Tobacco%20Use%20Prevention.pdf>

APÊNDICE I

INSTRUMENTO – INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1. Natureza: ☐ municipal ☐ estadual
2. Nível de ensino: ☐ fundamental ☐ médio
3. Número de professores por turno? ☐ matutino ☐ vespertino ☐ noturno
4. O planejamento do PPP é realizado anualmente?
☐ sim ☐ não
6. O PPP é construído coletivamente?
☐ sim ☐ não
7. A temática sexualidade consta na programação do PPP?
☐ sim ☐ não
8. A temática sexualidade é trabalhada por?
☐ todos os professores
☐ parte dos professores
☐ só na disciplinas da área biológicas
9. A instituição disponibiliza materiais para o trabalho dos professores?
☐ sim ☐ não
se sim, como:
☐ Internet
☐ biblioteca
☐ recursos didáticos sobre a temática
10. Existe uma política de incentivo/capacitação permanente para os professores?
☐ sim ☐ não
Se sim, quando:
☐ 1 vez por semestre
☐ 1 vez por ano
☐ outro quando _____
☐ Não existe
11. Essa capacitação é realizada por:
☐ Secretaria da Educação/Secretaria da Saúde
☐ parcerias com Universidades
☐ parcerias com ONGs
☐ Outros quem _____

APÊNDICE II

INSTRUMENTO – PROFESSORES

Características sócio-demográficas:

- 1) Qual a sua idade: _____ anos
- 2) Sexo: M (1) F (2)
- 3) Situação Conjugal:
 (1) Solteiro (2) Casado (3) União estável (4)
 Divorciado (5) Viúvo
 Outro Qual?

IDADE ()
 SEXO ()
 CONJUGAL()
 OUTCONJUGAL ()

Características Profissionais/Formação e

Experiência na área da sexualidade:

- 1) Instituição de ensino que o professor representa
 municipal (1) estadual (2)
- 2) Formação acadêmica
 Bacharelado(1) Licenciatura(2) Especialização(3)
 Mestrado(4) Doutorado(5)
- 3) Tempo de docência
- 4) Tempo de trabalho na instituição
- 5) Área de formação
- 6) Carga horária semanal na docência
- 7) Outra atividade laboral sim (1) não (0)
- 8) Tem formação na área da sexualidade
 (1) sim (2) não
- 9) Experiência na área da sexualidade

IENSINO ()
 FORMACADEM ()
 TEMPO ()
 TTRAB ()
 FORMAÇÃO ()
 CARGAHOR ()
 OUTATIV ()
 FORMSEX ()
 EXPERIENCIA ()

Características do trabalho educativo na instituição:

- 1) Qual a idade adequada para abordagem da temática sexualidade?
- 2) Quais disciplinas devem abordar a temática?
 () biologia
 () português
 () matemática
 () educação física
 () história/geografia
 () língua estrangeira

IDADESEX ()
 DISC1 ()
 DISC2 ()
 DISC3 ()
 DISC4 ()
 DISC5 ()
 DISC6 ()
 DISC7 ()

3) Quem é o responsável pela temática sexualidade?

- () pai
 () mãe
 () outros familiares
 () professores
 () profissionais de saúde
 () amigos
 () outros

RESP1 ()
 RESP2 ()
 RESP3 ()
 RESP4 ()
 RESP5 ()
 RESP6 ()
 OUTRESP ()

Características das dificuldades e necessidades dos professores:

4) Você tem dificuldade na abordagem da temática sexualidade?

(1) sim (0) não

Motivo?

DIFICULD ()
 MOTDIF ()

5) Você se sente preparado para trabalhar a temática?

(1) sim (0) não

Motivo?

PREPARO ()
 MOTPREPA ()

6) Temas necessários para sua capacitação?

- () prevenção de DST
 () Doenças Sexualmente Transmissíveis
 () gravidez
 () métodos contraceptivos
 () diversidade sexual (homossexualismo, bissexualismo, heterossexualismo)
 Outros

TEMACAP1 ()
 TEMACAP2 ()
 TEMACAP3 ()
 TEMACAP4 ()
 TEMACAP5 ()
 OUTEMA ()

Práticas pedagógicas dos professores:

7) Realiza com frequência algum trabalho educativo de prevenção de DST em sala de aula?

(1) sim (0) não

8) Quais temas você já trabalhou?

- () prevenção de DST
 () sexualidade
 () gravidez
 () Aids
 () Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST
 Outras

TEDUCATIVO ()

TEMATICA1 ()
 TEMATICA2 ()
 TEMÁTICA3 ()
 TEMÁTICA4 ()
 TEMATICA5 ()
 OUTTEMATICA ()

9) Que metodologia você utilizou?

- () aula expositiva
 () trabalhos em grupo
 () oficinas interativas
 () leituras de textos
 Outras

METHOD1 ()
 METHOD2 ()
 METHOD3 ()
 METHOD4 ()
 OUTMETOD ()

10) Já realizou algum trabalho de sensibilização com os pais sobre a temática sexualidade?

(1) sim (0) não

Como foi feita?

SENSIPAIS ()

COMOSENPAIS ()

11) Quais temas você considera importante?

- () prevenção
 () Doenças Sexualmente Transmissíveis
 () gravidez
 () métodos contraceptivos
 () diversidade sexual (homossexualismo, bissexualismo, heterossexualismo)
 Outros

TEMA1 ()
 TEMA2 ()
 TEMA3 ()
 TEMA4 ()
 TEMA5 ()
 TEMA6 ()
 OUTTEMA ()

Caracterização dos alunos:

1) Os alunos demonstram interesse na temática?

(1) sim (0) não

INTERESSE ()

2) Os alunos conhecem sobre prevenção de DST e gravidez?

(1) sim (0) não

PREVENÇÃO ()

3) História de DST?

(1) sim (0) não

DST ()

Qual?

QUALDST ()

4) História de gravidez?

GRAVIDAS ()

(1) sim (0) não

QTGRAVI ()

Quantas?

Características das instituições de ensino:

1) O PPP é construído anualmente?

(1) sim (0) não

PPP ()

2) A temática sexualidade encontra-se no PPP?

(1) sim (0) não

TEMPPP ()

3) Recursos didáticos disponibilizados:

() Internet

RECURSO1 ()

() data show

RECURSO2 ()

() textos

RECURSO3 ()

() materiais educativos

RECURSO4 ()

Outros

OUTRECURSO ()

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Professor,

Você está convidado(a) a participar, como voluntário, em uma pesquisa. Meu nome é Márcia Maria de Souza, sou a pesquisadora responsável e professora da Faculdade de Enfermagem (FEN) da Universidade Federal de Goiás (UFG), e trabalho na área da saúde do escolar.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido (a) sobre as informações contidas, por favor, queira assinar no final deste documento. Em caso de dúvida você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, Profa. Márcia Maria de Souza no telefone 3209-6280 (FEN/UFG). Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3269-8338 ou 3269-8426.

Esta pesquisa tem como título: “Educação sexual no contexto escolar: diagnóstico situacional da região leste de Goiânia-GO”, e tem o objetivo de conhecer e subsidiar o trabalho dos professores na abordagem da temática Educação Sexual em diferentes instituições de ensino da região leste no município de Goiânia-GO.

Solicitamos sua colaboração, no sentido de conceder entrevista sobre a temática em questão, com possíveis registros fotográficos dos momentos significativos para esta investigação. A seguir prestaremos a você alguns esclarecimentos:

- As pessoas que estão coletando os dados são, alunos da FEN/UFG e profissionais da Estratégia Saúde da Família - Região Leste de Goiânia-Go.
- Fica garantida que tal procedimento não trará nenhum risco, desconforto ou danos a sua pessoa.
- Sua participação não implica em despesa de qualquer natureza, faremos o possível para que as atividades aconteçam no seu horário de trabalho.
- Sua participação é livre e respeitaremos sua liberdade em retirar o consentimento a qualquer momento, sem prejuízos.
- Está assegurada a não identificação dos participantes da pesquisa.

- Serão mantidas de forma confidencial as informações obtidas, e as mesmas não serão usadas em nenhuma outra ocasião.
- Você tem o direito de pleitear indenização em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa.
- Você tem o direito de ser ressarcido caso tenha despesas pela sua participação.
- Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação.
- Sua participação na pesquisa é de extrema importância, pois contribuirá para o planejamento de ações de saúde e educação da população de escolares, no sentido de mostrar resultados da realidade e subsidiar ações futuras.
- Sua participação será apenas durante o período da entrevista, que será realizada em um único momento, durante uma a duas horas.

Após ser esclarecido (a) sobre a mesma e aceitando participar, por favor, assine este documento abaixo.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Tendo recebido as informações necessárias sobre a pesquisa a ser desenvolvida e ciente dos meus direitos;

Eu, _____, RG: _____, CPF: _____, concordo em participar deste estudo sob responsabilidade da Profa. _____ como sujeito voluntário e cedo os direitos de meus depoimentos para serem usados integralmente ou em partes, desde a presente data. Fui devidamente esclarecido pelas pesquisadoras e estou ciente que posso me retirar a qualquer momento, sem prejuízos.

Local e data _____

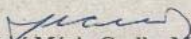
Nome e assinatura do participante _____

Profª Drª Márcia Maria de Souza
Pesquisador responsável – FEN/UFG

Enfa. SMS/GO Laine Gomes Chaveiro
Aluna Pós-graduação – FEN/UFG

ANEXO

ACEITE DO COMITÊ DE ÉTICA

	UFG
PROTOCOLO CEPMHA/HC/UFG Nº 058/2009	Goiânia, 08/07/2009
 INVESTIGADOR (A) RESPONSÁVEL: <u>Profª. Enfª. Márcia Maria de Souza</u>	
 TÍTULO: <u>"Educação sexual em instituições públicas de ensino: diagnóstico da região leste de Goiânia-Goiás"</u>	
 Área Temática: <u>Grupo III</u>	
 Local de realização: <u>Colégios e Escolas da Região leste de Goiânia: EM-Madre Francisca; EM-Maria Cândida Figueiredo; EM-José Décio Filho; EM-Virgínia Gomes Pereira.</u>	
 Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa Médica Humana e Animal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, analisou e <u>aprovou</u> o projeto de pesquisa acima referido, juntamente com os documentos apresentados e o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Todas as exigências deste CEPMHA foram devidamente atendidas.	
 Informamos que <u>não há</u> necessidade de aguardar o parecer da CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para iniciar a pesquisa.	
 O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEPMHA/HC/UFG, relatórios semestrais do andamento da pesquisa, encerramento, conclusão(ões) e publicação(ões).	
 O CEPMHA/HC/UFG pode, a qualquer momento, fazer escolha aleatória de estudo em desenvolvimento para avaliação e verificação do cumprimento das normas da Resolução 196/96 (<i>Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisa – Item 13</i>)	
  Farm. José Mário Coelho Moraes Coordenador do CEPMHA/HC/UFG	